

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 043/2023
Data: 10/03/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
ESTUDO INÉDITO APONTA 528 STARTUPS VOLTADAS AOS SETORES MARÍTIMO E PORTUÁRIO; BRASIL É TOP 10.....	4
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	5
POTENCIAL DE H2V DO NE, FAZ REINO UNIDO SE APROXIMAR DOS PORTOS DE PECÉM E SUAPE	5
UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO PROVOCA CORRIDA NOS ESTADOS POR INVESTIMENTOS PRIVADOS	7
INVESTIMENTOS EM PETRÓLEO E GÁS OFFSHORE EM ALTA	11
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	12
DIRETORES DA ANTAQ REALIZAM PRIMEIRA REUNIÃO COM NOVO SECRETÁRIO DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS12	
BE NEWS – BRASIL EXPORT	13
EDITORIAL – MENOS BUROCRACIA.....	13
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	14
<i>Autoridades portuárias</i>	14
<i>Desestatização 1</i>	14
<i>Desestatização 2</i>	14
<i>Desestatização 3</i>	14
REGIÃO SUDESTE - SANTOS EXPORT - SANTOS EXPORT VAI DEBATER INVESTIMENTOS E FUTURAS CONCESSÕES NO PORTO	14
REGIÃO SUL - MPs APONTAM FALHAS EM ESTUDO DE LICENÇA AMBIENTAL.....	16
REGIÃO NORTE - GRUPO FTS PAR ARREMATÁ ÁREA DO PORTO DE VILA DO CONDE.....	18
NACIONAL - SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS DEBATE INVESTIMENTOS	18
NACIONAL - LUCAS ASFOR É APRESENTADO COMO NOVO DIRETOR DA ANTT.....	20
INTERNACIONAL - LEIXÕES MANTÉM LIDERANÇA EM MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS	20
MUNDO CORPORATIVO - FERNANDO BIRAL RETORNA AO SETOR DE CONSULTORIA	21
NACIONAL - VITRINVE	23
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	24
MAIOR NAVIO DE CONTÊINERES DO MUNDO ENTREGUE À MSC	24
MARINHA CELEBRA ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	25
ESTADO DE SP GANHA LEI DE APOIO NO TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	25
NAVIO DA MARINHA E PARTE DA TROPA DO EXÉRCITO DEIXAM SÃO SEBASTIÃO NESTA SEXTA-FEIRA	26
JORNAL O GLOBO – RJ.....	26
HADDAD ANUNCIA ACORDO DE R\$ 26,9 BILHÕES PARA COMPENSAR PERDAS DE ESTADOS COM ICMS	26
RUI COSTA DIZ QUE TAXA DE JUROS INVIABILIZA PPPS E CONCESSÕES	28
RUI COSTA DIZ QUE GOVERNO LANÇARÁ NOS PRÓXIMOS DIAS 'ÁGUA PARA TODOS', PROGRAMA COM INVESTIMENTO EM SANEAMENTO.....	29
GOVERNO ZERA IMPOSTOS PARA APARELHO DE PRESSÃO E MAIS CINCO PRODUTOS INDUSTRIAIS; VEJA QUAIS.....	30
LULA DIZ A MINISTROS PARA 'NÃO FICAREM CHORANDO POR DINHEIRO QUE FALTA' AO APRESENTAR NOVO PAC	31
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	32
UNIÃO E ESTADOS FECHAM ACORDO DE R\$ 26,9 BILHÕES PARA COMPENSAR PERDAS DO ICMS.....	32
COMO A IPIRANGA VAI ATUALIZAR SEUS POSTOS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	34
INFLAÇÃO SOBE ACIMA DO ESPERADO E JOGA MAIS PRESSÃO SOBRE O BC ÀS VÉSPERAS DA REUNIÃO DO COPOM	36
RUI COSTA CONFIRMA NOVO PAC ATÉ FIM DE ABRIL E REFORÇA INCENTIVO A PPPS	38
LULA PEDE QUE PLANO DE INVESTIMENTOS TENHA NOVO NOME PARA NÃO USAR MARCA 'PAC'	39
TARCÍSIO DRIBLA MÁRCIO FRANÇA E SE REÚNE COM RUI COSTA PARA DISCUTIR PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS	40
EMBRAER TEM PREJUÍZO DE R\$ 953 MILHÕES EM 2022.....	41
VALOR ECONÔMICO (SP).....	43
UNIÃO E ESTADOS FECHAM ACORDO DE R\$ 26,9 BI PARA REPOSIÇÃO DE PERDAS COM ICMS	43
GOVERNO DEVE REJEITAR PRECATÓRIOS EM CONCESSÕES DE INFRAESTRUTURA RENOVADAS COM ANTECEDÊNCIA	43
LULA DIZ A MINISTROS QUE GOVERNO NÃO PODE ACEITAR IDEIA DE QUE ECONOMIA NÃO VAI CRESCER	44
NO PLANALTO, TARCÍSIO SE DIZ 'OTIMISTA' COM PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS.....	46
BRASIL RETOMA EXIGÊNCIA DE VISTOS PARA EUA, JAPÃO, CANADÁ E AUSTRÁLIA.....	47
DIÁRIO DO NORDESTE - CE.....	47
GLOBEST ASSINA CONTRATO COM PECÉM PARA EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO	47



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 043/2023
Página 3 de 55
Data: 10/03/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

REFINARIA DE PETRÓLEO DO PECÉM PROCOLOA ESTUDO E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL NA SEMACE	48
ARCELORMITTAL CONCLUI COMPRA DA CSP; 'AQUISIÇÃO ESTRATÉGICA', DIZ CEO	49
PORTAL PORTOS E NAVIOS	50
SUAPE TERÁ APOIO DO GOVERNO INGLÊS PARA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE	50
PARANÁ MAPEIA GARGALOS LOGÍSTICOS PARA MANTER VANTAGENS COMPETITIVAS	50
LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL REGISTRA RECORDE ANUAL COM RECEITA SUPERIOR A R\$ 2 BILHÕES	51
PETROBRAS E SHELL FIRMAM ACORDO PARA IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES	53
LOG-IN PLANEJA MAIS DOIS PORTA-CONTÊINERES OPERANDO EM SUA FROTA EM 2024	54
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	55
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	55



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ESTUDO INÉDITO APONTA 528 STARTUPS VOLTADAS AOS SETORES MARÍTIMO E PORTUÁRIO; BRASIL É TOP 10

Número abrange 45 países; Brasil ocupa 8º lugar no ranking, com 22 empresas de tecnologia

Por: Bárbara Farias



Entre 80 e 90% dos produtos comercializados no mundo são transportados por navios, perfazendo US\$ 5 trilhões Foto: Matheus Tagé/A Tribuna/Arquivo

Um estudo inédito aponta que há 528 startups em operação nos setores marítimo e portuário, distribuídas entre 45 países de cinco continentes. O Brasil ocupa o oitavo lugar no ranking, com 22 empresas de tecnologia que desenvolvem soluções para a cadeia logística e portos. Realizado pela Wilson Sons, o Mapeamento de Startups Marítimas e Portuárias constatou que as duas principais tecnologias utilizadas são big data e

inteligência artificial.

O levantamento foi divulgado na última semana, durante a 27ª Intermodal South America 2023, em São Paulo, e elaborado com o apoio do Cubo Maritime & Port, iniciativa do Cubo Itaú em parceria com Wilson Sons, Porto do Açu e Hidrovias do Brasil.

Conforme o mapeamento, os Estados Unidos lideram o ranking, com 81 startups, o equivalente a mais de 15% do total de empresas identificadas. Completam o top 10 Israel, Singapura, Reino Unido, Holanda, Alemanha, Dinamarca, Brasil, França e Espanha.

A maioria das empresas mapeadas pelo estudo oferece soluções para gestão e monitoramento de frota (155), seguidas das que apoiam frete e comércio internacional (147), para serviços especializados (93), gestão de portos e terminais (64), cibersegurança e sustentabilidade (50) e construção e manutenção naval (18).

De acordo com o estudo, 214 das shiptechs mapeadas (mais de 40% do total) desenvolvem soluções com uso de big data e analytics. E a inteligência artificial/machine learning, com 85 startups, fica em segundo entre as principais tecnologias, à frente de internet das coisas, sensores e monitoramento (83).

O CEO da Wilson Sons, Fernando Salek, observou que as startups encontraram um nicho de mercado para soluções logísticas no transporte marítimo do comércio internacional.

“A relevância econômica do setor, atrelado a seus conhecidos desafios operacionais na gestão, coordenação e segurança das atividades de navegação e atracação, vem chamando a atenção de startups e empreendedores mundo afora. Tal fato é evidenciado pela proliferação de soluções tecnológicas voltadas para a nossa indústria nos últimos anos”.

Atualmente, de acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre 80% e 90% de todos os produtos comercializados no mundo são transportados pelo modal aquaviário, perfazendo cerca de US\$ 5 trilhões em valor agregado.

“Vivemos um momento inédito, em que a adoção de novas tecnologias permitirá tornar as operações nos portos e o transporte aquaviário de carga cada vez mais eficientes, seguros e sustentáveis. Precisamos aproveitar essa oportunidade e traduzir o momento em ganhos de eficiência e uma atuação mais sustentável, promovendo o surgimento, o desenvolvimento e a proliferação de startups, com soluções de impacto à indústria”, afirmou o diretor de Transformação Digital da Wilson Sons, Eduardo Valença.

Valença destacou a importância do mapeamento. “Decidimos lançar este estudo ao mercado porque entendemos que transformações consistentes passam pela busca permanente de inovação, adoção de novas tecnologias e também pela cooperação com nossos stakeholders e a sociedade em geral”, salientou.

Ranking dos 10 primeiros países colocados em número de startups

EUA 81
Israel 66
Singapura 48
Reino Unido 48
Holanda 43
Alemanha 28
Dinamarca 23
Brasil 22
França 20
Espanha 16
Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 10/03/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

POTENCIAL DE H2V DO NE, FAZ REINO UNIDO SE APROXIMAR DOS PORTOS DE PECÉM E SUAPE

Portos brasileiros, como Pecém e Suape, avançam com estratégia de produção do Hidrogênio Verde, atraindo interesse europeu.

Por Patrícia Raposo



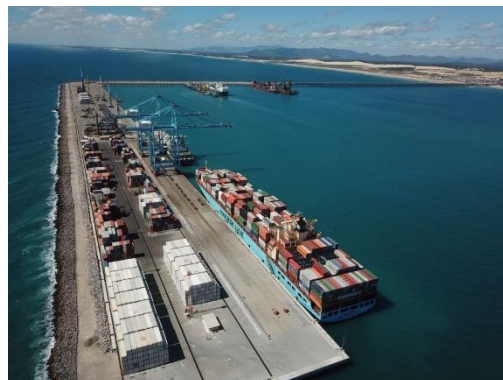
Unidade da EDP Brasil no Porto do Pecém: 1ª molécula de H2V no Brasil/Foto: divulgação

Uma comitiva de presidentes de portos brasileiros está em missão no Reino Unido, a convite do governo Britânico, para conhecer os avanços na produção e uso do hidrogênio verde (H2V) em algumas cidades da Inglaterra e da Escócia. Os europeus andam cada vez mais interessados neste combustível limpo, uma vez que a União Europeia decidiu encerrar até 2050 a era dos combustíveis fósseis no bloco. Para que o velho continente alcance sua meta, vai precisar importar o produto, já que não tem condições de suprir sua própria demanda.

Do lado de cá do Atlântico, vários estados brasileiros avançam no caminho da produção de H2V, com destaque, no Nordeste, para Ceará e Pernambuco. Os gestores dos principais portos desses estados – Pecém (CE) e Suape (PE) – integram a comitiva. Também foram convidados os gestores do Porto de Açu (RJ) e do Porto do Rio Grande (RS).

Porto de Pecém/Foto: divulgação

Todos esses terminais abrigam complexos industriais e estão alinhados com processos de transição energética. Pecém está em estágio mais avançado que os demais portos. A EDP Brasil, uma das empresas instaladas na área industrial do Complexo do Pecém, foi a responsável pela produção da primeira molécula de H₂V no Brasil, em dezembro passado. O combustível vem sendo usado na própria termelétrica da empresa. A produção da molécula é a primeira etapa estratégica do desenvolvimento do Projeto Piloto de H₂ no Complexo Termelétrico do Pecém (UTE Pecém), que conta com investimento de R\$ 42 milhões.



A missão ao Reino Unido conta ainda com participação do Senai Brasil, com equipes que atuam nas áreas portuária e de inovação da Bahia e de Pernambuco, através do Senai de Inovação (ISI) e do Senai Cimatec.

A comitiva está conhecendo portos, universidades e empresas que de alguma forma lidam com o hidrogênio verde, considerado o combustível do futuro. Na manhã desta quinta-feira (9), a delegação brasileira participou do Hydrogen Opportunities in Brazil, evento ocorrido em Londres, que contou com mais de 60 representantes da economia britânica.

Além do contato com potenciais investidores, os gestores portuários estão tendo oportunidade de conferir o que há de mais avançado na produção H₂V e apresentar seus projetos. Em conversa por telefone com o Movimento Econômico, os presidentes dos portos do Nordeste relataram a experiência que estão vivenciando.

“O que estamos vendo aqui vai reorientar nossa estratégia para atração de investimentos e produção de hidrogênio verde em Suape”, disse o presidente de Suape, Márcio Guiot, acrescentando que será preciso mapear as oportunidades em toda cadeia de valor do H₂V e estabelecer parcerias com centros de pesquisa de energias renováveis, como os das cidades de Aberdeen (Escócia) e Sheffield (Inglaterra).

Porto de Aberdeen

Aberdeen foi um dos pontos que mais impactou a comitiva brasileira. Essa cidade portuária fica no Nordeste da Escócia e tem um porto fundado em 1136. Desde a década de 70, com a descoberta de reservas de petróleo no Mar do Norte, o terminal portuário operava fortemente com gás e petróleo. Recentemente, porém, o terminal deu início a um processo de transição energética e passou a contar com instalações que produzem o hidrogênio verde.

Na cidade de Aberdeen os visitantes conheceram ainda estações de carregamento de hidrogênio verde para mobilidade leve e pesada. “Toda a economia de Aberdeen está se voltando para o hidrogênio verde e estamos tendo acesso a processos muito inovadores que podem ser replicados no Brasil com grande potencial de êxito”, disse diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Carlos Cavalcanti.

Pecém

Para o presidente de Pecém, Hugo Figueiredo, a experiência está mostrando que os portos regionais podem somar forças. “Estamos percebendo que nossos portos podem atuar de forma conjunta, cooperando em temas comuns, como inovação e regulação, e que é possível avançar muito nisso e mais especificamente ter uma agenda comum no Consórcio Nordeste e aproveitar as oportunidades colocadas no mercado”, disse.

“Em Pecém, já tivemos a 1ª molécula produzida em escala acima de 1 mega, pela EDP Brasil. Mas o porto tem um conjunto de projetos para decisão de investimentos a partir do ano que vem e início de

produção prevista para 2026, voltados à exportação”, explica Figueiredo. Ele acrescenta que, uma vez com a base instalada, Pecém vai poder não só exportar a molécula, mas fomentar o mercado interno.

“Estamos trocando informações e vamos ver como conseguimos evoluir. O Brasil está diante de uma grande oportunidade, mas, dentro do contexto da energia, tanto para portos como para o estado brasileiro, precisamos de estratégia e regulação nacionais”, reforça Guiot.

Presidente do Porto de Suape, Márcio Guiot, durante apresentação desta quinta-feira, em Londres/Foto: divulgação Suape

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 10/03/2023

UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO PROVOCA CORRIDA NOS ESTADOS POR INVESTIMENTOS PRIVADOS

Informações: *Gazeta do Povo*



Estação de tratamento de Saneapar, no Paraná, estatal está entre as que buscam investimentos privados em forma de PPP para universalização dos serviços de saneamento. | Foto: Divulgação/Saneapar

Embora vigente há pouco mais de dois anos e meio, o novo Marco Legal do Saneamento já mostra a que veio: provocar uma mudança na regulamentação capaz de garantir investimentos privados para a área e, assim, suprir o gap de décadas do qual o poder público não deu conta para universalizar os serviços de fornecimento de água e esgoto aos brasileiros. Com a nova lei, começou uma corrida nos estados para buscar modelos de concessão, parcerias público-privadas ou privatizações que consigam se aproximar da meta de, até 2033, garantir que 99% da população seja atendida com água tratada e 90%, com coleta e tratamento de esgoto.

Se há um indicador que evidencia a disparidade entre as realidades brasileiras, este é o saneamento básico. E é ele também que mostra o quanto ainda é preciso avançar nessa área para alcançar níveis satisfatórios de qualidade de vida para a população. Não à toa, o Brasil traçou uma batalha contra o tempo para garantir que este serviço atinja melhores níveis, com a chegada do novo Marco Legal do setor, a Lei Federal 14.026, que começou a ser desenhada no governo Michel Temer (MDB) e foi sancionada em julho de 2020, na gestão Jair Bolsonaro (PL).

Mas há que se ressaltar: sem regulamentação correta, modelos adequadamente projetados de expansão dos serviços e contratos bem-feitos, nem investidores, nem a sociedade, têm vez nessa corrida. O que parece consensual, de todo modo, é que não dá mais para esperar. O Brasil atende 84,2% da população com rede de água e 55,8% com coleta e tratamento de esgoto, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), de 2021. E este é um dado que, historicamente, evolui devagar. Para se ter uma ideia, em 2005, o percentual de brasileiros atendidos com água era de 81,7%, enquanto com esgoto, de 39,5%.

As diferenças por região também são gritantes. Enquanto no Sudeste do país 19,5% dos habitantes não têm acesso à coleta de esgoto, no Norte, o percentual é de 86,9%. De água tratada, o déficit de acesso é de 41,1% na região Norte, enquanto no Sudeste, de 8,7%. Os dados do SNIS e suas interpretações podem ser vistos em detalhes no estudo Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento Brasileiro, publicado pelo Instituto Trata Brasil.

O que eles mostram é que, embora em algumas regiões do país o poder público tenha dado conta de construir serviços de saneamento adequado ao longo das últimas décadas, em outras, ele ficou muito aquém do necessário. “O Amapá, onde houve concessão completa de serviços de água e esgoto (à iniciativa privada), é o estado que tinha o menor volume de investimentos, com R\$ 6 reais por ano por habitante. O Paraná, por exemplo, investe R\$ 121”, compara a presidente-executiva do Trata Brasil, Luana Siewert Pretto.



O Brasil investe R\$ 82 em saneamento básico por ano, em média, por habitante. Para atingir as metas do Marco Legal, precisará investir pelo menos R\$ 200. “As companhias estão buscando esse recurso porque é muito investimento em um espaço curto de tempo”, complementa Luana.

Para o professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), Claudio Lucinda, a soma de um antigo marco regulatório complicado à insuficiência de investimentos no setor, que cabiam até o início dos anos 2000 basicamente ao poder público, culminou em um déficit difícil de ser suprido somente por meio de recursos governamentais.

“É inevitável que o setor privado tome a frente no processo de investimentos que temos aqui”, avalia. “Mas deve ter combinado a isso mecanismos de regulação muito bem feitos. Porque há alguns desafios, como encontrar uma estrutura tarifária que permita ao setor privado se remunerar para investir e, ao mesmo tempo, manter os domicílios de renda mais baixa dentro da base”, ressalta.

Historicamente, as legislações mais abrangentes sobre o saneamento começaram na década de 1970, quando foi instituído o Plano Nacional de Saneamento (Planasa). Foi quando a responsabilidade sobre o serviço foi regionalizada, sob responsabilidade das companhias estaduais. Em alguns locais o desenvolvimento foi claro, a exemplo de estados como o Paraná e São Paulo, onde as companhias estaduais Sanepar e Sabesp, respectivamente, conseguiram chegar a 2020 com mais de 95% das populações alcançadas por rede de água (também conforme os dados do SNIS).

Foi um passo importante para definir as atribuições do saneamento, mas insuficiente para garantir seu cumprimento. Ainda na década de 1980 o plano foi extinto, e uma nova regulamentação veio somente em 2007, quando promulgada a Lei 11.445, o primeiro Marco Legal do Saneamento, durante o segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A atualização de 2020 veio para dar novos contornos, flexibilizar a participação predominantemente pública nos serviços e estabelecer metas a serem atingidas.

E, com isso, gerou uma corrida nos governos para traçar planejamentos que atraiam investimentos privados no saneamento. “A partir dessa época (do primeiro marco legal) começou a haver uma liberalização maior para isso, mas até hoje existe uma dificuldade muito grande em muitos municípios de se estabelecer quem é o responsável por esses serviços”, lembra o professor da USP.

Daí a necessidade de estabelecer as regras do jogo do investimento. Um dos pontos do novo Marco Legal é a regionalização dos serviços. Ou seja, em vez de prever projetos que contemplem individualmente os municípios, o marco estabelece que as concessões devem abranger conjuntos de cidades. Para Luana Pretto, a medida funciona porque os estados formam blocos regionais, com cidades de portes variados, criando atratividade ao investidor e, ao mesmo tempo, alcance aos municípios. “É uma forma de se ganhar em escala, tanto de operação quanto de investimento. E, dessa forma, a cidade grande subsidia a pequena, que muitas vezes não tem a receita necessária e não atrairia o investidor”, explica.

Outro ponto no marco legal que estimula a corrida para buscar investimentos privados no saneamento é a diluição da obrigatoriedade da prestação do serviço por parte das companhias estaduais, permitindo a abertura para a concorrência privada. E, ainda, a centralização das diretrizes de regulamentação na Agência Nacional de Águas (ANA), como entidade reguladora do setor. Esta medida, em especial, garantiria segurança jurídica às empresas que entrarem na corrida pelas concessões, na visão da presidente-executiva da Trata Brasil.

“O país tem 84 agências infranacionais, que são municipais, estaduais ou intermunicipais. Cada uma delas tem uma regra a ser seguida e muitas vezes a governança não é bem estruturada. A partir do momento que há uma regulação estruturada, a regra do jogo é igual para todo mundo”, destaca.

Vale lembrar, no entanto, que tramita no Congresso uma medida provisória (1.154/2023) que discute a competência da ANA para editar normas de referência dos serviços públicos de saneamento. Mas, a despeito das pendências que a questão regulatória ainda enfrenta, os planos de quem busca investimentos privados no saneamento e quem tem capital para oferecer caminham. E rápido.



Novo Marco Legal do Saneamento quer 99% da população atendida com rede de água e 90% com esgoto até 2033. Índices atuais estão abaixo de 85% e 56%, respectivamente.

Jonathan Campos/Arquivo/Gazeta do Povo

Modelos de investimento privado

Não é consenso que o novo Marco Legal do setor seja um indutor de privatizações, necessariamente. Especialistas concordam que ele é, de fato, um fomentador de investimentos

privados no saneamento. Agora, quanto ao modelo de aporte privado adotado e sua abrangência, as possibilidades são variadas e dependem de fatores diversos, conforme preferências e necessidades de cada ente governamental.

De parcerias público-privadas (PPPs) a concessões parciais ou totais dos serviços, até a privatização com venda parcial ou total das ações do governo, diversos estados estão na corrida para conseguir recursos que justifiquem alcançar as metas de 2033.

E todos esses modelos vêm sendo utilizados ou estudados para os projetos de investimentos do setor. Além de financiador, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) estrutura projetos de infraestrutura, como o saneamento, desde o ano 2000. Antes públicos, como a União, estados e municípios, contratam o banco para estudar a situação local e desenvolver projetos de concessão, PPPs ou desestatizações, conforme as necessidades levantadas.

“Desenhamos os investimentos necessários e sugerimos um conjunto de cenários ao ente público. É PPP? Ou concessão pura, em que o ente público delega ao privado a possibilidade de explorar no longo prazo? Ou concessão parcial, em que o ente público retém algumas atividades e cabe ao privado as demais? Tem uma série de modelos previstos e oferecemos esse conjunto de cenários para que o cliente tome a decisão”, explica Luciene Machado, superintendente da Área de Estruturação de Projetos do BNDES.

Feita a opção, o banco elabora o edital para escolher o ator privado para desempenhar a tarefa, por meio de leilão. As concessões, em geral, se estendem por prazos que vão de 20 a 35 anos. Ao final do contrato, os ativos reverterem ao poder público ou são objeto de nova licitação.

Opções dos estados

De 2020 para cá, a partir do novo Marco Legal, o BNDES teve um incremento significativo no número de projetos de estruturação contratados para concessões na área de saneamento. Neste meio tempo foram 12 projetos leiloados. Outros sete estão em estruturação, com três leilões previstos para 2023. Eles totalizam R\$ 118 bilhões em investimentos estimados, sendo R\$ 61 bilhões já contratados. De olho nos investimentos privados no saneamento, entre os estados que contrataram projetos de estruturação do banco e já concluíram seus processos de concessão estão Rio de Janeiro, Ceará, Espírito Santo e Amapá. Em andamento, estão projetos no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Pará e Rondônia.

O Rio de Janeiro, por exemplo, optou por uma concessão parcial de quatro blocos de municípios, que deverão receber investimentos de R\$ 27 bilhões em um prazo de 35 anos. A companhia estadual, Cedae, continua produzindo água tratada e à iniciativa privada cabe a distribuição da água e operação de toda a cadeia de esgoto. As licitações foram em 2021 e, atualmente, três empresas diferentes operam os blocos. “São contratos muito novos, mas já há investimentos bastante relevantes, em

diferentes municípios. Este é um elemento importante: as obrigações são estabelecidas município a município. Para estar completamente aderente aos compromissos da concessão, os concessionários precisam mostrar todos os anos que atingiram os índices”, explica Luciene. Em 2020, 33% da população do Rio de Janeiro ainda não tinha acesso à rede de esgoto e outros 9,5%, à de água.

Modelo semelhante foi adotado em Alagoas. Já no Amapá houve concessão completa dos serviços de água e esgoto. No Ceará, foi feito modelo de PPP somente para os serviços de esgoto, assim como no Paraná, onde a Sanepar, estatal responsável pelo saneamento, anunciou o modelo em julho de 2022. No momento, a empresa elabora o edital de licitação com base nas análises colhidas em audiências e consultas públicas realizadas desde o segundo semestre do ano passado.

Dezesseis municípios da microrregião Centro-Litoral paranaense formam o bloco que deve receber investimentos de R\$ 1,2 bilhão para coleta e tratamento de esgoto. Em nota, a Sanepar justifica a escolha do modelo de PPPs afirmando que, “por meio delas, é possível alcançar economia de gestão e aumentar a capacidade executiva de projetos e obras, especialmente quanto ao alcance de metas de universalização”.

O governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior (PSD), já havia informado que descartava como forma de atrair investimentos privados para o saneamento no estado o mesmo modelo adotado para o setor de energia. Recentemente, a Copel, Companhia Paranaense de Energia, teve aprovado o modelo corporation, de pulverização do controle acionário, em que o Estado vende parte das ações, mas se resguarda como detentor do poder de veto nas decisões dos demais acionistas, o chamado golden share.

Enquanto isso, os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul caminham na direção de venda de ações, parcial ou total. Diferente do governador paranaense, em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) é defensor para a companhia de saneamento do estado, a Sabesp, do modelo corporation. Os estudos para aplicação do modelo de desestatização estariam entre as pautas prioritárias dos primeiros 100 dias de governo. Ambas, Sanepar e Sabesp, são sociedades de economia mista de capital aberto, em que o governo estadual é o acionista controlador.

No Rio Grande do Sul, embora tenha sido este também o modelo pensado inicialmente pelo governo Eduardo Leite (PSDB), houve mudança de planos em 2022. Segundo Marcelo Spilki, que era secretário executivo de Parcerias do estado à época e participou do processo de elaboração do projeto de desestatização, a ideia de pulverizar as ações foi abortada quando se percebeu que os investidores ficavam receosos com a aposta. “Fizemos mais de 80 reuniões com investidores daqui e de fora, entre Estados Unidos e Europa, e sentimos que muitos não gostam desse modelo porque preferem investir sabendo que terão o controle e poderão tocar a empresa do jeito deles”, conta.

Outra dificuldade foi que o valuation (avaliação do valor de mercado) feito para a empresa neste modelo não passou na aprovação do Tribunal de Contas do estado. “Quando se vende no modelo IPO (initial public offering, quando uma empresa oferece pela primeira vez suas ações aos investidores), justamente por não vender o controle, deixamos dinheiro na mesa. Quando se vende o controle, consegue-se remuneração maior”, explica.

A Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) teve então 100% das ações vendidas por R\$ 4,1 bilhões em dezembro de 2022, e garantia de investimentos privados no saneamento de R\$ 12 bilhões. No momento, o governo está na Justiça para tentar revogar liminares que impedem a assinatura do contrato e transferência das ações ao vencedor do leilão. Segundo o SNIS, até 2020, 66,5% da população do estado não tinha coleta e tratamento de esgoto e 13,3% , à rede de água.

Qual modelo é melhor?

Para o professor Claudio Lucinda, da FEA/USP, há que se levar em conta o quanto o estado pretende ter poder sobre a operação do sistema. Em estados com companhias mais estruturadas, com boa saúde financeira e bons índices de saneamento, nota-se uma preferência pelos modelos que colocam o ente público como detentor das regras. Daí as preferências por PPPs ou venda de ações golden share nesses locais. “A diferença é que, se for uma PPP, dentro do contrato se impõe restrições e,



caso haja descumprimento, leva-se ao judiciário. Já no golden share o governo tem bastante explícito o poder de veto. Ou seja, antes de chegar ao Judiciário, ele pode vetar. É um pouco mais forte”, analisa.

Ele ressalta, entretanto, que o modelo adotado de investimentos privados para o saneamento depende não apenas de questões econômicas, mas também políticas. “Se o assunto é politicamente sensível no âmbito da transferência da empresa ou serviço para o setor privado, parte-se para um modelo mais restritivo”, afirma.

Já Luana Pretto, da Trata Brasil, acredita que a questão está mais pautada no tamanho do desafio. “Nos estados em que falta pouco para chegar nas metas, uma PPP resolve. Agora, quando se tem um problema do início ao fim para resolver, não”, diferencia.

Ela destaca ainda que, no caso das PPPs, as contratadas não têm relacionamento direto com a população – o que fortalece o nome e a imagem das companhias estaduais. “É a companhia que cobra a tarifa e repassa o valor para a empresa que venceu a PPP. Não tem o intermediário na relação com o cliente”, explica. Diferente da concessão, em que passa a aparecer o nome do prestador do serviço.

Mas e as tarifas?

Sobre as tarifas, para Luana, tanto faz quem toca os serviços: elas levarão em conta custo de operação e investimentos. “É um mercado regulado, independentemente de ser público ou privado.” Além disso, as tarifas sociais seguem em voga. “O desafio é caracterizar bem o perfil do usuário que pode ter direito, com base não no consumo, mas em critérios objetivos, como renda e relação com áreas de habitação com problemas. E combinar isso com ações para lidar com inadimplência e renegociação de dívidas. Porque as regiões onde há mais inadimplência são também onde há as maiores perdas de água, em razão das ligações irregulares”, lembra Claudio Lucinda.

O que a superintendente do BNDES, Luciene Machado, acredita de fato é que não se pode perder o timing que o novo Marco Legal trouxe para atrair investimentos e resolver de vez a questão do saneamento no Brasil. “Ter um conjunto de projetos oferecidos ao mercado com frequência é interessante para atrair investidores. E na esteira do mercado investidor engajado vêm o mercado de capitais, os bancos investidores e outros provedores de crédito público. Porque no saneamento a gente está falando de um esforço de universalização muito grande. São de R\$ 700 a R\$ 800 bilhões para chegar lá. E só com a execução desses investimentos de forma mais veloz é que os indicadores tendam a se sensibilizar de forma mais consistente”, finaliza.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 10/03/2023

INVESTIMENTOS EM PETRÓLEO E GÁS OFFSHORE EM ALTA

Recursos para o segmento devem se manter acima do patamar de US\$ 100 bilhões entre 2023 e 2024, projeta a Rystad Energy

Informações: EPBR

Brasil será um dos destaques na atração de recursos para exploração e produção offshore, projeta a Rystad Energy; ex-diretor da Aneel entra na lista de indicados do governo para o conselho da Petrobras; BNDES propõe paridade de gênero em empresas das quais é acionista.

Os investimentos em novos projetos de óleo e gás offshore estão de volta aos holofotes. Após voltarem a superar o patamar de US\$ 100 bilhões em 2022, devem se manter acima dessa marca entre 2023 e 2024.

O Brasil será um dos destaques na atração de recursos, aponta a Rystad Energy. De acordo com a consultoria, o país deve receber US\$ 23 bilhões este ano.

— A Rystad estima que o offshore vai representar 68% de todos os projetos convencionais sancionados no mundo entre 2023 e 2024. Para efeitos de comparação, esse percentual era de 40% entre 2015 e 2018, no período pré-pandemia.

— Na avaliação da consultoria, o offshore se destaca à medida que as grandes petroleiras globais focam em campos com menor intensidade de carbono.

As companhias vivem o desafio de encontrar petróleo de “alta qualidade” – com teor de emissões mais baixo e, ao mesmo tempo, custos menores. Segundo relatório da Wood Mackenzie, a disponibilidade de barris ambientalmente e economicamente vantajosos é escassa no mundo.

— O Oriente Médio deve ser o grande motor dos investimentos nos próximos anos, aponta a Rystad. Pela primeira vez, vai liderar os gastos em exploração e produção offshore. Impulsionados por projetos gigantescos na Arábia Saudita, Catar e Emirados Árabes Unidos, os investimentos chegarão US\$ 33 bilhões este ano – e subirão para US\$ 41 bilhões em 2025.

— Mar do Norte e as Américas também se destacam: os investimentos da Noruega devem saltar 22%, para US\$ 21,4 bilhões. No Brasil, o upstream deve se aproximar de US\$ 23 bilhões; nos EUA, US\$ 17,5 bilhões; e, na Guiana, o montante deve chegar a US\$ 7 bilhões.

— A Rystad destaca que os investimentos elevados no offshore serão uma “benção” para a indústria de serviços.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 10/03/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

DIRETORES DA ANTAQ REALIZAM PRIMEIRA REUNIÃO COM NOVO SECRETÁRIO DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Fabrizio Pierdomenico esteve na sede da agência para discutir ações e diretrizes prioritárias para o setor



Brasília 09/03/2022 - A diretoria colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta quinta-feira (9), uma reunião com o novo secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) do Ministério de Portos e Aeroportos, Fabrizio Pierdomenico.

Este foi o primeiro encontro dos diretores com o titular da pasta desde a sua nomeação no Diário Oficial da União (DOU), na última sexta-feira (3). A reunião, que aconteceu na sede da Agência, teve como objetivo foi estreitar laços entre o Ministério de Portos e Aeroportos e a ANTAQ. Além disso, buscar desburocratização e ganho de eficácia processual para o setor aquaviário.

De acordo com o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, o encontro entre os diretores da autarquia com o Pierdomenico foi marcante na busca de uma atuação organizada para o desenvolvimento portuário e aquaviário.

“O secretário fez a sua primeira visita institucional na agência, um gesto que demonstra importância para uma atuação integrada, harmônica, técnica e com o objetivo de promover o desenvolvimento do setor portuário e aquaviário”, disse.



Ainda segundo Nery, também foram discutidos assuntos que envolvem as administrações portuárias, tópico considerado estratégico para o setor.

“Discutimos vários pontos relacionados a diretrizes de política pública, como a promoção para interação entre o ministério e secretaria de portos. Assumimos o compromisso de simplificar normas, acelerar a análise de processos e, conseqüentemente, diminuir a burocratização no setor como um todo”, falou.

Ações e diretrizes

Fabrizio Pierdomenico reforçou que a reunião serviu para se apresentar oficialmente como secretário de Portos e buscar maior aproximação entre os dois órgãos. Além disso, afirmou que foram discutidas ações e diretrizes para os próximos meses.

“Acabei de ser nomeado e me senti no dever e obrigação de me apresentar para a Agência e dizer que iremos estreitar os laços na formulação e regulação da política pública. Já colocamos alguns pontos importantes e que serão a nossa agenda para os próximos 30 ou 40 dias. Faremos um esforço conjunto para diminuir burocracias e procedimentos para adesão de contratos no menor tempo possível”, comentou.

Além do secretário de Portos e Transportes Aquaviários e do Diretor-Geral da ANTAQ, a reunião contou com os diretores, Lima Filho, Alber Vasconcelos e Caio Farias.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 10/03/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – MENOS BUROCRACIA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Uma das metas do novo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério de Portos e Aeroportos, Fabrizio Pierdomenico, é reduzir a burocracia do setor. Tal questão não aparece muito entre as pautas mais demandadas do mercado portuário, mas tem importância estratégica quando o Governo Federal deseja atrair investimentos e agilizar a implantação de novas infraestruturas no segmento, objetivo enfatizado pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pierdomenico falou sobre o combate à burocracia no setor nessa quinta-feira, ao se reunir com diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador desse segmento. Foi sua primeira visita oficial desde a nomeação como secretário, ocorrida no último dia 3, há exato uma semana.

Após o encontro, Fabrizio Pierdomenico explicou que ele e os diretores colocaram “alguns pontos importantes e que serão a nossa agenda para os próximos 30 ou 40 dias. Faremos um esforço conjunto para diminuir burocracias e procedimentos para adesão de contratos no menor tempo possível”.

A questão também foi comentada pelo diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery. “Assumimos o compromisso de simplificar normas, acelerar a análise de processos e, conseqüentemente, diminuir a burocratização no setor como um todo”, afirmou.

Diante das demandas dos portos, como a necessidade de melhores acessos e de uma gestão profissional, é natural que temas como este nem sempre sejam debatidos. Mas isso não o faz menos importante. Pelo contrário. Trata-se de um projeto estratégico, especialmente por facilitar a realização



de investimentos e, em especial, reduzir o tempo para sua implantação. E assim, criar as condições para atender pedidos como a ampliação da infraestrutura. Afinal, atraindo investimentos se resolve a questão. Tal medida ainda mostra uma maior maturidade ao Estado, que buscará ser mais ágil no trato com o mercado.

Enfim, uma proposta importante, um início bem positivo. Que a meta não fique apenas no discurso e seja cumprida. Certamente fará diferença no setor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/03/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

AUTORIDADES PORTUÁRIAS

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, já definiu os nomes para alguns dos principais cargos nas diretorias das autoridades portuárias controladas diretamente pela pasta. E nesse processo, mostrou sua força política. Alguns dos indicados são pessoas de sua extrema confiança. As escolhas feitas por França devem ser anunciadas nos próximos dias.

DESESTATIZAÇÃO 1

O governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas, se reuniu com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e sua equipe, nessa quinta-feira, dia 9, em Brasília, para debater a desestatização do Porto de Santos, o principal do País. Tarcísio sabe que parte do Governo Federal é contrária à medida. Entre eles, está o próprio ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. Mas Costa tem se mostrado mais aberto à ideia.

DESESTATIZAÇÃO 2

Após o encontro, que teve a participação do secretário estadual de Governo, Gilberto Kassab, Tarcísio afirmou que estava “bastante satisfeito” e “otimista” com o resultado da conversa. “A gente mostrou a modelagem que fizemos enquanto era ministro da Infraestrutura de Jair Bolsonaro. Eles listaram pontos de atenção, a gente colocou algumas sugestões de mitigação para esses pontos de atenção, e eles também vão se debruçar em cima disso, no modelo que já está no Tribunal de Contas. Vamos procurar fazer esses ajustes. Sugerir que conversassem com setor privado, entendo que temos um ponto de parda, a gente pode avançar a partir do que definimos a partir do dia de hoje”, disse.

DESESTATIZAÇÃO 3

Segundo o governador, uma das questões levantadas por Costa e sua equipe é o temor de operadores portuários em relação à manutenção dos contratos de arrendamento de suas áreas no complexo marítimo. Esses empresários estariam preocupados com o momento de renovação e o risco de um aumento dos custos, uma vez que esse contrato seria negociado com um ente privado e não com o Governo. Tarcísio explicou que o modelo de desestatização que apresentou no ano passado, quando era ministro da Infraestrutura, previa formas de migrar essa possibilidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/03/2023

REGIÃO SUDESTE - SANTOS EXPORT - SANTOS EXPORT VAI DEBATER INVESTIMENTOS E FUTURAS CONCESSÕES NO PORTO

Esses e outros temas envolvendo o complexo santista foram pontuados durante o programa ZR News
Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br



DE UMA FORMA MAIS CONCRETA DISCUTIR A PRIVATIZAÇÃO (DA AUTORIDADE PORTUÁRIA QUE ADMINISTRA O PORTO DE SANTOS), QUE NÃO VAI ACONTECER MAIS NO MODELO ANTERIOR. A QUESTÃO DOS ACESSOS, PORQUE O PORTO DEPENDE MUITO DO DESENVOLVIMENTO DOS ACESSOS.”

RICARDO MOLITZAS
presidente do Conselho do Santos Export e diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp)

Segundo Ricardo Molitzas, durante a reunião do Conselho do Santos Export realizada na última terça-feira foram levantados 18 temas para serem discutidos no fórum Crédito: Reprodução/ZR News

O Programa ZR News, que tradicionalmente todas as quintas-feiras é voltado ao setor portuário, com foco no Porto de Santos, debateu assuntos que estarão em pauta na edição 2023 do Fórum Santos Export, que será realizado nos dias 8 e 9 de maio. Os caminhos do complexo portuário santista, as concessões e questões de acesso foram discutidos no programa transmitido pela rádio Santa Cecília FM (107,7).

Ricardo Molitzas, presidente do Conselho do Santos Export e diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) afirmou que algumas pautas já foram trazidas durante a primeira reunião do Conselho do Santos Export, realizada na última terça-feira (7).

“Os conselheiros criaram um problema bom. Dessa primeira reunião saíram 18 temas para a gente discutir. De uma forma mais concreta discutir a privatização (da Autoridade Portuária que administra o Porto de Santos), que não vai acontecer mais no modelo anterior. A questão dos acessos, porque o Porto depende muito do desenvolvimento dos acessos. A questão do Sistema Anchieta-Imigrantes. As ferrovias já temos mais ou menos resolvidas com a Fips (Ferrovia Interna do Porto de Santos)”, comentou.

Para Marcelo Sammarco, advogado e presidente do Conselho do Sudeste Export, a edição do Santos Export promete muito em relação aos temas que envolvem o cais santista, desde investimentos a concessões.

“O Santos Export tem um papel fundamental nas discussões do porto. Já sabemos que a desestatização está fora de cogitação, da estratégia do governo, mas todo esse processo trouxe uma curva de aprendizado muito grande e que não pode ser desprezada. A eficiência e competitividade do Porto de Santos passa muito pela questão dos acessos. Dragagem, balizamentos, tudo isso pode estar em um pacote de concessões futuras. E tem um fator que traz um molho especial pro evento, como o Governo de São Paulo, com o governador Tarcísio e todo seu conhecimento em logística e infraestrutura e olhar atento ao Porto de Santos. Temos uma Frente Parlamentar sendo construída, em nível estadual e federal. É um momento muito favorável”, disse.

Muitos dos assuntos voltados aos projetos e investimentos junto ao Porto de Santos são discutidos em diálogos com o Governo Federal, por tratar-se de uma autoridade pública federal. Entretanto, para determinados temas terão de ser debatidos com outras esferas das autoridades.

“É fato que existe a necessidade de debater investimentos de acessos com o Governo Federal, mas acessos rodoviários é uma pauta com o Governo do Estado. O assunto já chegou ao governador Tarcísio de que o acesso rodoviário tem que ser colocado como uma obra prioritária. Estamos em um momento estratégico para começar o processo agora, para possivelmente ele ser concluído no exato momento em que o Sistema Anchieta-Imigrantes, na sua configuração atual, está chegando em sua

capacidade e começando a dar problema logístico”, analisou o diretor de Redação do BE News, Leopoldo Figueiredo.

Outros temas

Outros assuntos debatidos pelo programa foram o adiamento por parte do Tribunal de Contas da União (TCU) do julgamento sobre a desestatização do Porto de Santos. A expectativa é que o tema volte à pauta da corte na próxima semana.

“Independentemente da postura do Governo Federal, esse é o papel do TCU. Recebeu o processo e agora vai concluir”, comentou Leopoldo.

Outro tema discutido foi o anúncio oficial da mudança de nome da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que desde a semana passada passou a se chamar VPorts.

“Era um movimento esperado essa estratégia de branding ao assumir a concessão do porto, além da internacionalização da marca. O que faz todo sentido, porque a iniciativa privada quer atrair investimentos do capital privado e muitas vezes isso está no mercado internacional”, salientou Sammarco.

Santos Export

Todas as quintas-feiras, o ZR News, com apresentação do jornalista Zerri Torquato, é voltado para os assuntos portuários, além de ter o quadro Santos Export. O programa pode ser acompanhado também pelo portalbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/03/2023

REGIÃO SUL - MPS APONTAM FALHAS EM ESTUDO DE LICENÇA AMBIENTAL

Novo complexo no litoral do Paraná encontra-se em fase de análise de Estudo de Impacto Ambiental (EIA)

Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br



Antes mesmo da realização da audiência, os MPs expediram uma recomendação à presidência do Ibama pedindo a suspensão da realização do evento
Crédito: Divulgação

O Terminal de Uso Privado (TUP) Porto Guará, localizado no litoral do Paraná, encontra-se atualmente na fase de licenciamento ambiental junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama). Entretanto, o novo empreendimento tem levantado um embate junto aos Ministérios Públicos Federal e do Paraná (MPF e MPPR), que afirmam que o estudo de impacto ambiental até o momento apresentado “ignorou diversas comunidades tradicionais que estão dentro da área de influência do empreendimento”.

Na última semana, o Ibama coordenou uma audiência pública cuja finalidade foi apresentar os estudos para construção do novo complexo portuário. Segundo o órgão brasileiro, o evento contou com a participação de mais de mil pessoas, entre elas autoridades, técnicos, representantes de entidades da sociedade civil, organizações não-governamentais, ambientais e das comunidades que vivem no entorno da baía de Paranaguá.



Antes mesmo da realização da audiência, o Ministério Público Federal, em conjunto com o MP do Paraná, expediram uma recomendação à presidência do Ibama pedindo a suspensão da realização do evento. De acordo com os MPs, no estudo, foi considerada a presença de terras indígenas, quilombos, assentamentos e comunidades tradicionais no entorno de 5 km.

Os MPs apontaram que foram identificadas comunidades tradicionais que deveriam ter sido ouvidas no licenciamento ambiental.

“A portaria interministerial que estabelece procedimentos administrativos em processos de licenciamento ambiental de competência do Ibama estabelece um parâmetro mínimo espacial no qual ocorre afetação de terra indígena e comunidade quilombola, o que pode ser adotado no caso de comunidades tradicionais de uma forma geral. O normativo, se tratando de estabelecimentos portuários, fixa uma distância de 10 km na Amazônia Legal e 8 km para outras regiões. Tendo como base esse referencial mínimo, laudo pericial feito pelo centro nacional de perícias da Procuradoria-Geral da República identificou quase 50 comunidades que deveriam ter sido ouvidas por estarem a uma distância de 8 km do empreendimento, mas a grande maioria não foi”, explicou o MP.

No entendimento final dos MPs é necessário um estudo apropriado que aponte os reais e extensos efeitos sociais das atividades que influenciam no sustento e modo de vida dessas comunidades.

Em nota, o Ibama recebeu a recomendação do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Paraná, além do ofício da Procuradoria República do Paraná. Todos os documentos serão juntados aos autos na análise técnica de viabilidade ambiental do porto.

De acordo com o Instituto, o processo do empreendimento Porto Guará encontra-se em fase de análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), documento cuja aprovação é necessária para emissão da Licença Prévia (LP). As contribuições apresentadas na audiência pública também serão consideradas no período de análise, segundo o Ibama.

Sobre o porto

Ao todo, serão investidos aproximadamente R\$ 5,9 bilhões na construção do complexo portuário, em uma área de 2 milhões de metros quadrados, sendo que 42% deverão ser mantidos como área de preservação. O terminal será implantado na região do Embocuí, distrito industrial de Paranaguá e zona de desenvolvimento econômico e de interesse portuário, de acordo com o plano diretor do município.

Serão gerados 1.800 postos de trabalho no primeiro ano de obra, chegando a 6.449 vagas de emprego diretos na fase operacional.

A perspectiva de movimentação é de 31,5 milhões de toneladas/ano de grãos, líquidos e que ocorrerão em fases. Serão sete berços de atracação, duas pontes de acesso, cinco terminais de granéis sólidos de exportação, um terminal de granel sólido de importação, um terminal de granéis líquidos e 1 terminal de contêineres. Já a retroárea será composta pelos terminais de granéis sólidos (exportação e importação), terminal de líquidos, terminal de contêineres, pátio de caminhões, vias de circulação interna, ramal ferroviário interno e áreas administrativas.

A previsão atual é que o início das obras do complexo ocorra em 2024, após a licença prévia (LP) e licença de instalação (LI). A expectativa é de que o terminal Porto Guará inicie suas operações em 2026.

O projeto do Porto Guará surge com o diferencial de ter a maior estrutura ferroviária conectada a um complexo portuário multicargas da América Latina. Serão 21 quilômetros de ferrovias integradas e capacidade de recepção de cargas superior a 25 milhões de toneladas/ano no modal ferroviário. A capacidade do Porto para recebimento de cargas via ferrovia, deverá triplicar a atual capacidade de recepção de Paranaguá.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/03/2023

REGIÃO NORTE - GRUPO FTS PAR ARREMATÁ ÁREA DO PORTO DE VILA DO CONDE

Área é destinada à implantação do pátio de estacionamento e triagem de caminhões

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O pagamento mensal à CDP pela exploração da área 35 será de pouco mais de R\$ 28 mil durante o período
Crédito: Divulgação

A ESTIMATIVA É DE QUE O PÁTIO COMECE A OPERAR EM 18 MESES. A ÁREA TEM 47.549 M² E O CONTRATO DE CESSÃO DE USO TERÁ VALIDADE DE 20 ANOS

A FastFrete, empresa do Grupo FTS Par, arrematou por R\$ 6 milhões a área 35 do Porto de Vila do Conde, em Barcarena, Pará, que será destinada à implantação de um pátio de estacionamento e triagem de caminhões.

O leilão foi realizado pela Companhia Docas do Pará (CDP), na última quarta-feira (8), no Hotel Gran Mercure (PA), e recebeu lances de duas empresas: a FastFrete

(vencedora) e a Pátio Regulador de Triagem – Posto Paizão, que concluiu sua oferta em R\$ 4,1 milhões.

A estimativa é que o pátio comece a operar em 18 meses. A área tem 47.549 m² e o contrato de Cessão de Uso terá validade de 20 anos. O pagamento mensal à CDP pela exploração será de pouco mais de R\$ 28 mil durante o período.

Além de administrar o espaço, a FastFrete terá de oferecer toda a estrutura necessária para atender os caminhões, com número de vagas e limpeza de carroceria, e os usuários, com local para refeição, banheiros e área de descanso.

A CDP explicou que a empresa vencedora fará a triagem dos caminhões que entram no Porto de Vila do Conde, o que irá otimizar o fluxo rodoviário do complexo, além de explorar atividades comerciais com o objetivo de disponibilizar comodidades aos usuários.

A Autoridade Portuária ressaltou ainda que serão atraídos investimentos e áreas ociosas serão ocupadas com atividades econômicas que beneficiam todos os usuários do porto.

A diretoria da FastFrete destacou que o novo contrato expande a atuação da empresa para outras regiões do Brasil. Atualmente, a companhia administra um pátio de caminhões no Porto de Paranaguá (PR), com infraestrutura completa para os caminhoneiros, com barbearia, lavanderia, clínica odontológica, área de conveniência e espaço kids.

O local é certificado pelo Ministério dos Transportes como um Ponto de Parada e Descanso (PPD) e reconhecido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como um ambiente de descanso adequado para caminhoneiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/03/2023

NACIONAL - SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS DEBATE INVESTIMENTOS

Pierdomenico também se reuniu com diretores da Antaq. Entre os temas debatidos, a redução da burocracia

Por VITORIA MALAFATI Da Redação redacao@portalbenews.com.br



Fabrizio Pierdomenico recebeu executivos da Coalizão Empresarial Portuária na manhã dessa quinta-feira, em Brasília (crédito: Divulgação)

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério de Portos e Aeroportos, Fabrizio Pierdomenico, se reuniu com dirigentes de entidades da Coalizão Empresarial Portuária na manhã dessa quinta-feira, dia 9, em Brasília. Em debate, a necessidade de investimentos no setor, projetos de modernização e a importância do poder

público ter uma agenda permanente com o segmento privado.

A reunião teve início com os executivos da coalizão fazendo uma breve apresentação sobre suas demandas. Um deles foi o diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo. Segundo ele, no encontro, foram tratadas questões prioritárias para o segmento, como a modernização dos portos e os planos de investimentos para melhorar suas condições operacionais e sua eficiência.

Também presente, o diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, destacou que o encontro foi muito proveitoso. “Tivemos a oportunidade de debater com o secretário e com os demais participantes algumas demandas e alguns temas que estão na ordem do dia do setor, e de fazer alguns importantes encaminhamentos”, afirmou.

O resultado da audiência foi enfatizado pelo diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa. “Como era esperado, foi uma reunião muito positiva e receptiva com o nosso segmento. O Fabrízio reconhece o nosso papel na convergência das soluções do setor”, comentou.

Pierdomenico participou da reunião ao lado de sua equipe. Estavam presentes o Diretor de Gestão e Modernização Portuária, Otto Luiz Burlier Silveira Filho; o diretor do Departamento de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias, Fábio Lavor; o diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias, Dino Batista; e a assessora técnica do gabinete, Rebecca Fontoura.

Pelo setor empresarial, além de Caputo, Silva e Barbosa, estavam o diretor-presidente da Federação Nacional de Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino; o presidente da Associação Brasileira de Terminais de Líquidos, Carlos Kopittke; e o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres, Caio Morel.

Antaq

Também nessa quinta-feira, o novo secretário nacional de Portos, Fabrizio Pierdomenico, se reuniu pela primeira vez com a diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O encontro ocorreu na sede do órgão regulador, em Brasília, com o objetivo de estreitar laços entre o Ministério de Portos e Aeroportos e a Antaq, debater como desburocratizar o setor e, ainda, ampliar sua eficácia processual.

Também participaram da reunião os diretores da Antaq Wilson Pereira de Lima Filho, Alber Vasconcelos e Caio Farias.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, destacou que “o secretário fez a sua primeira visita institucional na agência, um gesto que demonstra importância para uma atuação integrada, harmônica, técnica e com o objetivo de promover o desenvolvimento do setor portuário e aquaviário”, disse.

Sobre os assuntos em pauta no encontro, Nery afirmou que foram tratados “vários pontos relacionados a diretrizes de política pública, como a promoção para interação entre o Ministério e Secretaria de Portos. Assumimos o compromisso de simplificar normas, acelerar a análise de processos e, conseqüentemente, diminuir a burocratização no setor como um todo”, falou.



Secretário de Portos também se encontrou com diretores da Antaq

Pierdomenico comentou que a reunião serviu para se apresentar oficialmente no novo cargo e, ainda, buscar uma maior aproximação entre os dois órgãos. “Acabei de ser nomeado e me senti no dever e obrigação de me apresentar para a Agência e dizer que iremos estreitar os laços na formulação e regulação da política pública. Já colocamos alguns pontos importantes e que serão a nossa agenda para os próximos 30 ou 40 dias. Faremos um esforço conjunto para

diminuir burocracias e procedimentos para adesão de contratos no menor tempo possível”, explicou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/03/2023

NACIONAL - LUCAS ASFOR É APRESENTADO COMO NOVO DIRETOR DA ANTT

Segundo o dirigente, uma de suas prioridades será implementar maior segurança jurídica e previsibilidade nas ações da agência

Por MARÍLIA SENA redacao@portalbenews.com.br

O novo diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Lucas Asfor, foi apresentado oficialmente ao órgão na tarde de ontem (9). A cerimônia em Brasília foi transmitida pelo Portal BE News.

Em seu discurso, Lucas Asfor ressaltou que uma das suas prioridades na função é “implementar maior segurança jurídica e previsibilidade nas ações da agência”. “É com muita honra e senso de responsabilidade que assumo o cargo de diretor da ANTT, submeto a este novo desafio com o melhor dos propósitos”, disse.

O nome de Asfor foi aprovado pelo Senado em novembro do ano passado. Lucas tem formação jurídica, já foi presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Ceará, auditor do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) e assessor na Secretaria de Turismo de Fortaleza.

No evento, Asfor recebeu várias felicitações dos atuais integrantes da ANTT. “A Agência ganha muito!”, disse o Diretor Felipe Queiroz. O mandato do novo diretor vai até fevereiro de 2028.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/03/2023

INTERNACIONAL - LEIXÕES MANTÉM LIDERANÇA EM MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

Porto de Leixões, em Portugal, se manteve à frente do complexo de La Coruña, na Espanha, em 2022

Por VANESSA PIMENTEL vanesa@portalbenews.com.br



O Porto de Leixões movimentou ao todo 14,891 milhões de toneladas de cargas em 2022 Crédito: Divulgação

O Porto de Leixões, em Portugal, manteve a liderança na movimentação de cargas em 2022 na região do Noroeste Peninsular, que engloba também o Porto de La Coruña, na Espanha.

O porto português movimentou ao todo 14,891 milhões de toneladas de cargas, 91 mil a mais do que o registrado no porto da região da Galícia,



que fechou 2022 com 14,799 milhões de toneladas. Os dados são, respectivamente, da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL) e dos Portos do Estado espanhol.

O resultado mantém Leixões com o título de “maior porto do noroeste peninsular”, mesmo com uma queda de 2% comparado aos 15,1 milhões de toneladas movimentadas de 2021. Já o Porto de La Coruña teve crescimento de 25,6% na carga movimentada, excluindo o pescado, passando de 11,8 milhões de toneladas em 2021 para 14,8 milhões no ano passado.

De acordo com os dados do primeiro semestre de 2022, Leixões já liderava face a La Coruña, visto que os 7,5 milhões de toneladas movimentadas no período pelo complexo português superaram os 6,3 milhões operados pelo complexo galego, mas essa diferença diminuiu nos últimos seis meses do ano passado.

Mas no total registrado para a região em 2022, a Espanha saiu na frente: os portos do Norte de Portugal (Aveiro, Leixões e Viana do Castelo) contabilizaram 21,07 milhões de toneladas e os terminais espanhóis, 35 milhões de toneladas.

O resultado é visto como uma tendência que se mantém desde 2021, quando o conjunto dos portos galegos (La Coruña, Ferrol – San Cibrao, Vigo, Marín y Ría de Pontevedra e Vilagarcía de Arousa) já tinha movimentado 30,3 milhões de toneladas, e o Norte de Portugal 21,2 milhões.

No noroeste português, em 2022, além das operações já citadas de Leixões, se somam Aveiro, com 5,7 milhões, e Viana do Castelo, com 409 mil toneladas.

Histórico

A última vez que La Coruña ultrapassou Leixões foi em 2005, quando o porto espanhol movimentou 14,534 milhões de toneladas e o terminal matosinhense 14,050 milhões, de acordo com os dados oficiais.

Desde então, o valor mais alto atingido por Leixões em termos de toneladas de carga movimentada foi em 2019, com 19,5 milhões de toneladas, enquanto Corunha fechou em 13,6 milhões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/03/2023

M U N D O CORPORATIVO - FERNANDO BIRAL RETORNA AO SETOR DE CONSULTORIA

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Como em todo início de governo, as últimas semanas foram marcadas pelo anúncio do ingresso e da saída de profissionais no setor público. É o caso do executivo Fernando Biral (foto), um dos destaques da edição desta semana da coluna Mundo Corporativo. Nos últimos três anos, ele foi diretor-presidente da Santos Port Authority (SPA, a Autoridade Portuária de Santos), até encerrar sua gestão no mês passado. Nesta semana, foi anunciado como sócio sênior da Mapa Capital. A coluna também traz nomeações, como a do consultor Fabrizio Pierdomenico como novo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério de Portos e Aeroportos. Confira.

Mapa Capital

Diretor-presidente da Santos Port Authority (SPA, a Autoridade Portuária de Santos) até o mês passado, Fernando Biral foi anunciado como novo sócio sênior da Mapa Capital, escritório de consultoria empresarial, nesta semana. Com isso, o executivo retoma sua carreira como consultor. Nas últimas décadas, ele atuou em mais de 20 projetos de reestruturação e planejamento financeiro em companhias como Grupo Pão de Açúcar, Embratel, Petrobras, Banco do Brasil, Vale e Minerva Foods.



Sílvia Bugelli será a nova diretora executiva jurídica da B3 a partir do próximo dia 3 de abril. Advogada especializada em Direito Corporativo e no setor financeiro, ela teve sua contratação anunciada pelo CEO da B3, Gilson Finkelsztain, nesta semana. Vinda da Genial Investimentos, ela já participou da estruturação de projetos de desestatização, de fundos de investimento e da estruturação e distribuição de avos e valores imobiliários.

Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

O ministro de Minas e Energia e presidente do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), Alexandre Silveira, anunciou na última quarta-feira, Dia Internacional da Mulher, que as vagas de representantes da Academia e da Sociedade Civil no CNPE serão ocupadas por mulheres. São elas: a professora da Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Suzana Borschiver; a secretária de Relações Internacionais da Universidade Federal de Goiás, Laís Thomaz; a professora da Universidade Federal de Minas Gerais Vanya Pasa; e a pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente Marília Folega.

Ministério da Fazenda

Rita de Cássia Munck assumiu a chefia de gabinete da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda. Servidora pública federal desde 1999, ela trabalhou, nos últimos anos, em órgãos ligados ao setor portuário. De janeiro de 2019 a janeiro deste ano, foi chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Infraestrutura.

Ministério de Portos e Aeroportos 1

O economista e consultor portuário Fabrizio Pierdomenico foi oficializado no cargo de secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério de Portos e Aeroportos, na sexta-feira da semana passada. Com isso, volta ao poder público. Ele começou sua carreira no setor como diretor comercial e de Desenvolvimento da então Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp, hoje Santos Port Authority), de 2003 a 2007. No ano seguinte, assumiu a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Portuário, da recém-criada Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP), permanecendo na função até março de 2011. Desde então, ele atuava como consultor na Agência Porto, onde era um dos sócios.

Ministério de Portos e Aeroportos 2

Especialista nas relações porto-cidade, Flávia Nico foi nomeada como coordenadora-geral de Delegações e Convênios da Direção de Gestão e Modernização Portuária, da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Portos e Aeroportos. Na prática, ela dá continuidade a sua atividade no setor, uma vez que, no governo passado, comandava a Coordenação-geral de Descentralização e Convênios da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério da Infraestrutura.

Vale

O geólogo Diogo Afonso Costa assumiu um novo cargo na Vale. Agora, responde pela Diretoria de Operações Corredor Sul. De janeiro de 2020 até o início do mês, ele respondia pela Diretoria de Geociências, Planejamento de Longo Prazo e Utilização Futura.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/03/2023

NACIONAL - VITRINVE

VITRINE



CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua Vitrine.

Esta semana, a Vitrine está celebrando as Mulheres. Uma sincera homenagem àquelas que são mães, filhas, esposas, as, avós... Nossas queridas mulheres no setor portuário ou em qualquer outro, são profissionais que ganham cada vez mais espaço no mercado de trabalho por competência, meritocracia e determinação. Que não seja apenas no dia 8 de março, mas sim, todos os dias! Para quem gosta de bastidores, bem-vindo!



Um brinde a todas as mulheres dos setores portuário, de logística e de infraestrutura. Que todas sintam-se homenageadas neste dia, mês, ano...

SOPESP



O Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) muito bem representado por aqui. Na foto, as meninas Piettra Maraccini, Gislaine Heredia, Maíthe Lobo Lozano e Marcellini Mello, todas do setor administrativo do sindicato.

"SORRIA VOCÊ ESTÁ NA BAHIA"



Com sorriso sempre acolhedor, a diretora-executiva em exercício da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba), Ana Paula Calhau, ao centro, com parte do seu time de colaboradoras da Codeba, na feira Intermodal, na semana passada, em São Paulo (SP).

AS MULHERES ESTÃO 'ON'



A advogada e professora de Direito Marítimo na Universidade Santa Cecília, professora Maria Cristina Gontijo, a jornalista, palestrante e colunista que assina a Vitrine, Cândice La Terza, a apresentadora, Janaína Hohne, e a delegada da Polícia Federal e coordenadora do CESPSPORTOS, Luciana Fuschini Nave, logo após programa de Rádio na Santa Cecília FM, especial do Dia Internacional da Mulher.

FENAMAR



As queridas Luciana Martires, responsável pelo financeiro da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar), e a secretária-executiva, Carla Soares, grandes responsáveis por cuidar dos bastidores e sucesso da federação.

MULHERES DOS PORTOS NA INTERMODAL 2023



Timaço de mulheres dos portos de todo Brasil reunido para almoço durante a Intermodal evento em São Paulo, na semana passada.



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MAIOR NAVIO DE CONTÊINERES DO MUNDO ENTREGUE À MSC

Informações: Port Technology (10 de março de 2023)



A entrega ocorre como parte de um acordo de quatro navios com a Mediterranean Shipping Company (MSC), no valor de cerca de US\$ 600 milhões.

O MSC Tessa é um dos poucos navios a ultrapassar a marca de 24.000 TEU e é classificado pela sociedade de classificação DNV.

De acordo com o estaleiro, os navios da mesma classe medem 1.312 pés de comprimento,

tornando-os quase 200 pés mais longos que um porta-aviões típico, com boca de quase 202 pés.

Embora a configuração de carregamento varie ligeiramente entre os diferentes estaleiros, todas as embarcações podem empilhar contêineres de até 25 camadas de altura.

O MSC Tessa utiliza lubrificação a ar, reduzindo o consumo de energia e as emissões de carbono entre 3% e 4%. Também é equipado com um lavador híbrido, uma pequena proa bulbosa, hélices de grande diâmetro e dutos de economia de energia.

A embarcação gigante fará escala em Roterdã, Antuérpia e Felixstowe, no norte da Europa, com escala em Tanger durante a viagem de volta, antes de seguir para Cingapura.

O Hudong-Zhonghua Shipbuilding Group informou que o segundo navio encomendado da série concluiu os testes no mar e que o terceiro e o quarto porta-contêineres também estão em construção.

A gigante do transporte de contêineres com sede na Suíça tem a maior carteira de pedidos do setor, com cerca de 131 navios de contêineres encomendados, de acordo com a Alphaship.

Os navios estão programados para entrega em 2023, com encomendas distribuídas entre as principais construtoras navais chinesas e sul-coreanas.

Após a conclusão, os 14 novos Ultra Large Containers Vessels (ULCVs) encomendados pela MSC constituirão um terço da frota atual da empresa, com capacidade combinada de 1,7 milhão de TEU.

Embora os navios atuais funcionem com combustível convencional, a MSC está se aventurando no uso de opções mais sustentáveis, como biocombustíveis e navios bicombustíveis de GNL. A empresa já realizou testes com biocombustíveis e pretende aumentar seu uso em um futuro próximo.

Além disso, a MSC encomendou recentemente seus primeiros projetos prontos para amônia, que estão sendo construídos na China.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/03/2023



MARINHA CELEBRA ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

Informações: Agência Marinha de Notícias (10 de março de 2023)

O Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, junto com o presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Marco Américo Lucchesi, assinaram um termo de cooperação, nessa terça-feira (07), para viabilizar o intercâmbio bibliográfico das publicações nacionais para o exterior. O Ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, esteve presente durante o acordo.

Durante as missões internacionais da Força, os Navios da Marinha do Brasil darão apoio no transporte de obras científicas e literárias editadas e coeditadas pela Fundação Biblioteca Nacional, a serem entregues às bibliotecas, universidades, museus, embaixadas e centros de estudos brasileiros situados no exterior.

O presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Marco Américo Lucchesi, enfatiza que, entre as prioridades na distribuição, estão os países africanos que falam a língua portuguesa. “Uma das funções importantes da Biblioteca Nacional é um diálogo com as bibliotecas congêneres do mundo. Esse diálogo se realiza em múltiplas instâncias de colaboração e cooperação. Uma das funções essenciais é o intercâmbio, ou seja, as publicações feitas pelas bibliotecas estrangeiras são enviadas ao Brasil e é de praxe que o Brasil também envie a sua produção para essas bibliotecas”, concluiu.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/03/2023

ESTADO DE SP GANHA LEI DE APOIO NO TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Informações: Santaportal (10 de março de 2023)

As pessoas com deficiência que vivem no Estado de São Paulo passarão a contar com uma série de novas ações e incentivos para acesso e permanência no emprego. Foi sancionada pelo governador Tarcísio de Freitas Lei 17.645/2023, que institui a Política Estadual de Trabalho com Apoio voltada a esse público. A nova legislação foi publicada nesta quarta-feira (8) no Diário Oficial.

Aprovada pela Assembleia Legislativa, a proposta é do deputado estadual Teonilio Barba (PT) e tem o objetivo de ampliar as condições e as oportunidades de empregabilidade para as pessoas com limitações permanentes ou duradouras. A ideia geral, por meio dessa política, é intensificar a inclusão nesses espaços e promover condições dignas para o desempenho das atividades.

A legislação

A Política Estadual de Trabalho com Apoio para Pessoas com Deficiência prevê uma nova metodologia para que as empresas e instituições empregadoras tenham um plano personalizado e, assim, pessoas com deficiências de diferentes naturezas possam se adaptar ao dia a dia no emprego. Também prevê suporte a essas pessoas, para que consigam buscar uma oportunidade de trabalho condizente com suas capacidades.

“Essa metodologia assegura que as pessoas com deficiência tenham condições de participar e contribuir ativamente na sociedade, promovendo acesso a emprego competitivo, educação, lazer e participação social”, destacou Barba, autor da legislação.

A nova legislação prevê a realização de serviços de mediação para que tanto instituições empregadoras quanto as próprias pessoas com deficiência possam se adaptar, com objetivo de que haja a manutenção desses empregos. A ideia é que, com isso, funcionários com deficiência possam ser capacitados, levando em consideração suas características particulares.

Ainda de acordo com a lei, todas as pessoas com deficiência podem se manter no mercado de trabalho, desde que recebam os devidos apoios. Além disso, o documento estabelece que sejam oferecidos remuneração e benefícios iguais aos demais colegas que desempenham a mesma função. Isso vale



também para profissionais autônomos e empreendedores, que poderão receber capacitação para que consigam ser competitivos no mercado.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/03/2023

NAVIO DA MARINHA E PARTE DA TROPA DO EXÉRCITO DEIXAM SÃO SEBASTIÃO NESTA SEXTA-FEIRA

Informações: PMSS (10 de março de 2023)

Após 18 dias da tragédia que se abateu sobre São Sebastião, aos poucos a fase grave é superada. Prova disso é que o Navio-Aeródromo Multipropósito 'Atlântico' (NAM), que está ancorado em Jukehy, segue nesta sexta-feira (10) de volta para o Rio de Janeiro, onde é sua base. Com ele, também retornam cerca de 1 mil fuzileiros navais, médicos e aeronaves.

Quem também desmonta a base na cidade é o Exército que fica apenas com equipes que agora trabalham nas áreas dos dutos da Petrobras para a limpeza da lama que desbarrancou.

O comandante do Exército, general Rodrigo Ferraz Silva, da 12ª Brigada de Infantaria-Aeromóvel, que desde o início dos trabalhos, em 19 de fevereiro, esteve à frente do Gabinete de Gerenciamento de Crise, explicou que a desmobilização das frotas é comum quando a fase mais crítica é contornada.

Neste momento, equipes das Defesas Civis do Estado e da Prefeitura de São Sebastião, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), Assistência Social do Estado e secretarias municipais de Habitação e Regularização Fundiária (SEHAB), Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES) atuam da parte de identificação e cadastro das vítimas que perderam suas moradias.

Conforme o Contra-Almirante Marcelo Menezes Cardoso, comandante da 1ª Divisão da Esquadra da Marinha do Brasil, embora o navio siga para o Rio de Janeiro, o Hospital de Campanha permanece montado em Jukehy para colaborar no atendimento da população. Segundo ele, já houve uma redução na procura da unidade o que significa que a população tem sido atendida em suas necessidades.

Um exemplo citado por ele é que praticamente zerou a fila por um urologista. "Chamou-nos a atenção o número de pessoas que procuraram o profissional e hoje já não temos essa necessidade", pontuou o almirante.

Ainda segundo ele, o hospital tem atendimento em pediatria, clínica geral entre outros, o que ajuda outros profissionais de saúde que atuaram arduamente no período mais crítico.

O prefeito Felipe Augusto fez questão de agradecer todo o apoio e trabalho realizado pelas tropas no período que esteve em São Sebastião e contribuir para o atendimento dos munícipes, ajuda na procura e atendimento das vítimas e liberação de acessos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 10/03/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

HADDAD ANUNCIA ACORDO DE R\$ 26,9 BILHÕES PARA COMPENSAR PERDAS DE ESTADOS COM ICMS

O acordo firmado ficou em valor superior às ofertas da União, mas ainda é menor que o pedido inicialmente pelos estados, que pleiteavam R\$ 45 bilhões

Por *Fernanda Trisotto e Renan Monteiro* — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad Edu Andrade/Ascom/MF

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que o governo e estados fecharam um acordo de R\$ 26,9 bilhões para a compensação das perdas de arrecadação com a mudança nas alíquotas do ICMS. O valor é inferior ao pedido inicialmente pelos estados, que pleiteavam R\$ 45 bilhões, mas é maior do que a última oferta do Executivo, de R\$ 22 bilhões.

Haddad mantinha reuniões com os governadores e o Supremo Tribunal Federal (STF) desde o início do ano. Esse acordo ainda será levado para homologação da Corte.

Pelo cronograma, as compensações para os estados serão diluídas ao longo dos próximos anos, entre 2023 e 2026. Segundo o ministro, a conta dos governadores era "difícil" se ser alcançada e o governo sabia que teria de compensar algo num valor entre R\$ 18 bilhões e R\$ 45 bilhões.

— Acordo nunca é satisfatório para ninguém. É uma conta que você faz com base em parâmetros técnicos. O trabalho foi intenso e chegou ao valor de R\$ 26,9 bilhões de compensação. Uma boa parte disso já está resolvida, porque alguns estados conseguiram liminar — disse o ministro.

O ministro fez referência a cerca de R\$ 9 bilhões que já foram compensados por meio das liminares concedidas pelo STF a estados devedores da União.

— Parte desses valores já foi compensada e a parte que não foi compensada está sendo diluída no tempo, justamente para que não tenha um impacto nas contas. Os efeitos desse acordo [é] para que consigamos acomodar as nossas projeções e metas, que já foram anunciadas inclusive desde janeiro — afirmou Haddad.

Impacto de R\$ 4 bilhões em 2023

Haddad ainda disse que isso não vai interferir nas contas públicas deste ano e que o impacto estimado é de R\$ 4 bilhões em 2023.

O secretário do Tesouro Nacional, Rodrigo Ceron, confirmou o desembolso deste ano e disse que todo o detalhamento ainda será divulgado:

— O impacto está diluído ao longo dos próximos anos, até 2026. Ele virá via batimento de dívida, para aqueles estados que possuem dívidas com a União, ou aporte em alguns casos, de estados que não tenham dívidas. O total de compensação para 2023 está na ordem de R\$ 4 bilhões e o restante será diluído ao longo dos próximos exercícios.

Além da compensação de perdas com o ICMS, o acordo firmado com os estados também prevê o apoio da União junto ao STF nos temas gasolina, encargos na conta de energia elétrica (TUSD/TUST) e Difal do ICMS, de acordo com interlocutores dos entes.

Interlocutores dos estados ouvidos pelo GLOBO relataram que o acordo deixou os entes "muito satisfeitos" e que marca um novo momento de diálogo com o governo federal, que havia se deteriorado durante a gestão de Jair Bolsonaro e do então ministro da Economia Paulo Guedes.

A principal demanda dos estados era por um valor para compensar as perdas que tiveram na arrecadação com a redução das alíquotas após o Congresso ter aprovado, em junho de 2022, um projeto endossado pelo governo Jair Bolsonaro para reduzir o ICMS sobre combustíveis, energia

elétrica e telecomunicações, fixando em 17% ou 18%, a depender do estado, a alíquota máxima do tributo. O objetivo era baixar os preços, sobretudo da gasolina, às vésperas das eleições.

O governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT), comemorou o acordo e disse que a definição sobre a compensação do ICMS é fundamental para que os estados se concentrem e consigam avançar também nas discussões sobre a reforma tributária.

— Isso também vai contribuir para a nova etapa, que vem adiante, que é a discussão da reforma tributária. Sem sombra de dúvida, os estados estão muito interessados nessa questão, até porque o tributo mais complexo é o ICMS. Ele é que precisa ser reformado de fato — disse o governador, que participou do anúncio ao lado de Haddad.

Compensação parcelada

Além dos R\$ 26 bilhões do acordo, foram definidos outros parâmetros para devoluções. No caso de estados que já compensaram mais do que o valor do acordo com as liminares obtidas, a diferença será contabilizada para o final do período de dívida desse ente.

Já os estados que não compensaram nada ou apenas parcialmente o valor acordado, o abatimento da dívida seguirá um cronograma que vai de 2023 a 2025, a depender do valor a receber.

Estados que tiverem de receber valores inferiores a R\$ 150 milhões vão ganhar metade do valor em 2023 e o restante em 2024. Para aqueles que terão a receber montantes entre R\$ 150 milhões e R\$ 500 milhões, um terço do valor será pago este ano e o restante em 2024. Já os estados com saldo superior a R\$ 500 milhões receberão um quarto do montante em 2023, metade do valor em 2024 e o restante em 2025.

Para os estados que estão no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) – Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul – seguirão o mesmo cronograma, com a diferença que o adicional de R\$ 900 milhões será compensado na dívida em 2026.

Outras demandas

Além dessa recomposição, os estados também pleiteavam apoio em demandas que afetam diretamente a arrecadação do ICMS, como a sistemática de repasse do diferencial de alíquota (Difal), a incidência de encargos e serviços nas tarifas de energia (TUSD e TUST) para o tributo e a essencialidade da gasolina. Neste último caso, estados defendem que por se tratar de um combustível fóssil e poluente, a gasolina não poderia ter alíquota mínima no ICMS.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/03/2023

RUI COSTA DIZ QUE TAXA DE JUROS INVIABILIZA PPPS E CONCESSÕES

Previsão do governo é que o novo PAC, que será rebatizado, seja lançado no final de abril

Por Alice Cravo e Bruno Góes — Brasília



O ministro da Casa Civil, Rui Costa 02/01/2023 José Cruz/Agência Brasil

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou nesta sexta-feira que o Brasil está "ansioso" e na "expectativa" de ver as taxas de juros no país reduzidas. Rui defendeu que com o patamar atual não é possível colocar de pé projetos de PPP (parceria público e privada) e concessões para investimentos em infraestrutura, como quer o governo.

— Com taxa de 13,75 não é fácil colocar PPP e concessão. O Brasil que precisa de emprego, que precisa trabalhar, que precisa produzir na indústria, que precisa vender no comércio, está ansioso, na expectativa de ver a

taxa de juros reduzido para viabilizar e colocar de pé projetos. Difícil uma taxa interna de retorno que consiga ficar de pé com quase 14% de juros.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu 13 ministros para tratar sobre os investimentos do governo em infraestrutura. O objetivo do encontro é que os ministros apresentem as propostas para a área e o que pode ser feito e inaugurado de imediato, além dos novos eixos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A previsão do governo é que o novo PAC, que será rebatizado, seja lançado no final de abril e tenha PPPs, concessões e investimentos diretos. O valor, no entanto, não foi anunciado.

— Um dos pilares do novo plano de investimento, além das concessões, teremos projetos de PPPs com a participação do governo federal, seja PPP direta com o governo federal, como uma estrada federal, enfim, mas também com estados e municípios — afirmou, completando: — Vamos usar as PPPs para alavancar investimentos de infraestrutura. Seja com PPP direta do governo federal, mas também em parceria com Estados e municípios. O governo federal nunca utilizou essa ferramenta, mas agora já está muito consolidada no Brasil

Nesta sexta-feira, o governo lançará também uma plataforma online para ajudar no mapeamento e identificação das prioridades na retomada das obras. A ideia é que a ferramenta permita que as prefeituras possam atualizar em um banco de dados os empreendimentos que estão paralisados ou inacabados em suas regiões e que são considerados prioritários para ter as obras retomadas na avaliação dos gestores locais.

-- Vamos pedir gestores públicos, municipais e estaduais que entrem na plataforma e atualizem as informações de eventuais obras com recursos federais com fotos, relatórios, situação jurídica, em que estágio está, se a empresa que tem o contrato vai ter interesse em retomar e a atualização do orçamento.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/03/2023

RUI COSTA DIZ QUE GOVERNO LANÇARÁ NOS PRÓXIMOS DIAS 'ÁGUA PARA TODOS', PROGRAMA COM INVESTIMENTO EM SANEAMENTO

Decreto com novas regras para o setor será 'consensual entre setores público e privado', de acordo com o ministro

Por Alice Cravo e Bruno Góes — Brasília



O ministro da Casa Civil Rui Costa Cristiano Mariz/Infoglobo

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse nesta sexta-feira que o governo lançará em breve o programa "Água para todos". A iniciativa, segundo o auxiliar de Luiz Inácio Lula da Silva, prevê investimentos para a área de saneamento, reservatórios e barragens. O anúncio foi feito, porém, sem apresentação de valor de investimento, data ou metas que seriam alcançadas.

— Nos próximos dias o presidente lançará o programa 'Água Para Todos', que reunirá todos os investimentos voltados para a água, ou seja, armazenamento, como barragens e reservatórios; mas também na distribuição de água — disse Rui Costa, que acrescentou: — (Também) investimentos no saneamento do esgotamento sanitário.

O ministro ressaltou, contudo, que o governo ainda precisa finalizar a elaboração de um decreto para intermediar conflito entre empresas públicas e privadas do setor.

Após a aprovação do marco do saneamento, entre outros desentendimentos, as empresas passaram a discordar sobre contratos das estatais que foram considerados precários pela nova lei.

Os acordos vencidos de municípios com empresas estaduais estão na mira do setor privado.

— Nós estamos finalizando uma série de reuniões que nós fizemos, buscando promover o entendimento do setor privado ao setor público, principalmente as empresas estaduais, que detêm a maior parte das concessões de esgotamento de águas no país. Estamos produzindo um decreto que, com quase a sua totalidade, será consensual entre o setor privado e o setor público.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/03/2023

GOVERNO ZERA IMPOSTOS PARA APARELHO DE PRESSÃO E MAIS CINCO PRODUTOS INDUSTRIAIS; VEJA QUAIS

Segundo MDIC, medida é temporária, mas pasta não informa prazos e impacto sobre as contas públicas

Por Renan Monteiro — Brasília



Governo reduz a zero impostos para seis produtos industriais; veja quais Karim Kahn/FIESP

O governo vai zerar impostos de importação de seis produtos, incluindo aparelhos para medir pressão sanguínea. O anúncio foi feito pelo vice-presidente e ministro de Desenvolvimento, Geraldo Alckmin. Na lista também estão dois tipos de folhas de aço, chapas de alumínio e antenas para radar.

A medida é "temporária", segundo o vice-presidente. A Câmara de Comércio Exterior, presidida por Alckmin, publicou a autorização no Diário Oficial e a redução a zero da alíquota começa a valer a partir desta sexta-feira.

“Ao zerar o imposto de importação, que varia entre 12 e 16%, o Ministério confere à indústria uma economia para a aquisição desses itens – em especial indústrias que produzem itens de alto valor agregado, além de produtos médicos – e beneficia diretamente o consumidor final”, disse Alckmin, pelas redes sociais.

Leia itens que tiveram impostos zerados:

- Folha de aço com espessura de 0,20 mm e largura de 833 mm, apresentada em bobinas;
- Folha de aço não ligado (sem elementos químicos de liga);
- Chapa de alumínio de forma quadrada, com espessura igual ou superior a 6,00 mm, assim como aquelas com espessura inferior ou igual a 6,35 mm. A largura e comprimento precisam ser igual a 2560 mm;
- Chapa de alumínio apresentada em rolos, de espessura igual ou superior a 0,7 mm, além daquelas com espessura inferior ou igual a 0,75 mm. A largura deve ser de 2.600 mm;
- Antena parabólica rotativa para controle do tráfego aéreo de aeroportos e de vigilância de rotas aéreas
- Aparelho portátil digital de pulso, utilizado para medir a pressão sanguínea e a pulsação.

Procurado, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) não respondeu sobre o período de vigência da medida e os impactos para o Tesouro, com perdas de arrecadação.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/03/2023

LULA DIZ A MINISTROS PARA 'NÃO FICAREM CHORANDO POR DINHEIRO QUE FALTA' AO APRESENTAR NOVO PAC

Presidente se reuniu com 13 ministros no Palácio do Planalto para tratar dos investimentos em infraestrutura

Por Alice Cravo — Brasília



Lula visita obras para duplicação da BR-101, em Maruim, Sergipe Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu nesta sexta-feira com 13 ministros para tratar sobre os investimentos do governo em infraestrutura. O objetivo do encontro era que os ministros apresentassem as propostas para a área e o que pode ser feito e inaugurado de imediato, além dos novos eixos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A reunião foi antecipada pelo GLOBO. Lula destacou os números encontrados pela gestão de obras paralisadas: 14 mil ao todo. Ele reforçou que os ministros não devem “ficar chorando o dinheiro que falta” e sim “usar bem o dinheiro que tem”.

— Não podemos ficar chorando o dinheiro que falta, temos que utilizar bem o dinheiro que a gente tem. E é por isso que o Haddad é ministro da Fazenda, ele é criativo. Se a gente não tiver dinheiro, a gente vai atrás dele e ele vai ter que arrumar. Ele e a Simone vão arrumar o dinheiro que nós precisamos para fazer os investimentos que precisamos nesse país

Lula afirmou que voltará com as agendas de viagens pelo país para visitar e inaugurar obras em seu retorno da China, previsto para o final de março.

Para ampliar investimentos em infraestrutura e aquecer a economia, Lula quer relançar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007 como uma vitrine das obras públicas e concessões dos governos petistas. No encontro, Lula cobrou os ministros, em especial Paulo Pimenta (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) para criar e apresentar uma nova versão do programa.

Na apresentação preparada para os ministros, o primeiro slide continha o título “O novo PAC”. Lula chegou a cobrar os titulares de pastas pela apresentação dos “novos eixos” do programa de crescimento.

— O PAC foi muito importante, produziu muita coisa, mas se puder criar um novo programa é importante, mostra que estamos renovando, inovando, que temos criatividade para fazer outras coisas — afirmou Lula durante a reunião.

Lula ressaltou que o período de vigência do programa foi o “mais rico” do país de investimento em infraestrutura.

— O PAC foi uma coisa extraordinária porque não foi feita só pelo governo federal. O sucesso do PAC foi porque começamos ouvindo governadores, prefeitos e depois construímos um arcabouço de políticas de infraestrutura que foi fácil executar. Eu acho que foi o momento mais rico de investimento em infraestrutura no nosso país, a execução do PAC.

Participaram da reunião os ministros Ministro da Casa Civil, Rui Costa, Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Ministro dos Transportes, Renan Filho, Ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, Ministro das



Cidades, Jader Filho, Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e Ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta.

Atualmente, segundo informações do Palácio do Planalto, o governo analisa 417 obras apresentadas pelos governadores e que fazem parte da organização da carteira de investimentos do governo federal em infraestrutura. A proposta é que as análises sejam concluídas em abril.

as 417 obras, 136 são em rodovias (pavimentação, duplicação, entre outras), 60 relacionadas à segurança hídrica (barragens e sistema adutor, por exemplo), 32 de mobilidade urbana (construção de BRTs, corredores de ônibus etc), 21 relativas à modernização de aeroportos regionais, 21 para saneamento e 16 ferrovias (criação e expansão). Além dessas, há projetos para hidrovias, equipamentos sociais, comunicação e prevenção a desastres, entre outros.

Nesta sexta-feira o governo federal vai lançar ainda uma plataforma on-line para ajudar no mapeamento e identificação das prioridades na retomada das obras. A ideia é que a ferramenta permita que as prefeituras possam atualizar em um banco de dados os empreendimentos que estão paralisados ou inacabados em suas regiões e que são considerados prioritários para ter as obras retomadas na avaliação dos gestores locais.

Ainda durante a reunião com os ministros, Lula cobrou a participação dos bancos públicos para alavancar os investimentos no país. Em mais de uma ocasião, Lula já afirmou que o BNDES voltará a ser um banco que apoia o desenvolvimento dos estados e a conclusão de obras.

— Quero saber os papéis dos bancos públicos para alavancar os investimentos nesse país. Para pequenos e médios empreendedores, cooperativas, grandes empresários, estados e municípios que estão com capacidade de endividamento. Por que não emprestar dinheiro para essa gente? Não pode ser proibido emprestar dinheiro para construir um ativo que vai aumentar patrimônio nesse país e melhorar a qualidade de vida do povo — afirmou, completando: — Dinheiro bom é dinheiro transformado em obras, em melhoria da qualidade de vida do povo, em saúde, educação, emprego.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/03/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

UNIÃO E ESTADOS FECHAM ACORDO DE R\$ 26,9 BILHÕES PARA COMPENSAR PERDAS DO ICMS

Compensação deve ser feita em dois anos; lei de 2022 limitou cobrança do imposto sobre combustíveis, telecomunicações e energia

Por Giordanna Neves e Bruno Luiz

BRASÍLIA - O governo federal e os Estados fecharam acordo de R\$ 26,9 bilhões para compensar as perdas geradas pelas legislações que mudaram a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – principal fonte de arrecadação estadual – sobre bens essenciais, como combustíveis, telecomunicações e energia.

O acordo foi anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em coletiva de imprensa na tarde desta sexta-feira, 10. “Quando é acordo nunca é satisfatório para ninguém, é uma coisa que você faz com parâmetros e é técnico. Tecnicamente o trabalho foi intenso e chegaram ao valor de R\$ 26,9 bi de compensação”, disse Haddad.

A reparação, de acordo com o ministro, é diferente de acordo com o perfil dos 26 Estados e do Distrito Federal. Segundo Haddad, boa parte das compensações estão resolvidas porque alguns Estados

conseguiram uma liminar favorável para não pagar parcelas referentes às dívidas com a União. Alguns Estados, como São Paulo e Piauí, terão tratamento específico, porque conseguiram liminar e deixaram de pagar mais do que teriam a receber de compensação.

As negociações entre Estados e União se arrastaram por algumas semanas. No primeiro encontro entre representantes do Tesouro Nacional e o Comitê dos Secretários de Fazenda (Comsefaz), houve uma tentativa de encontrar consenso sobre o valor da compensação. O governo federal propôs, na ocasião, compensar os Estados em R\$ 22,5 bilhões, enquanto a proposta dos entes federativos era repor os valores em um custo de R\$ 45 bilhões.

Com a recusa da União, o comitê apresentou uma “contraproposta” no valor de R\$ 37 bilhões, que também foi rejeitada. Desde então, as duas partes mantinham conversas para chegar a um “meio termo”. Os Estados chegaram a pedir um valor de R\$ 30 bilhões, e a União ofereceu R\$ 26 bilhões.

A compensação será feita ao longo dos próximos quatro anos, de forma parcelada. O Estadão/Broadcast apurou que o prazo contrariou o que os Estados reivindicavam no início das negociações - os governadores defendiam que a recomposição ocorresse ao longo de, no máximo, dois anos.



Fernando Haddad, ministro da Fazenda, deve anunciar acordo Foto: REUTERS/Adriano Machado

Detalhes

Segundo detalhes divulgados à imprensa pelo Ministério da Fazenda, cerca de R\$ 9 bilhões do valor total já foram compensados através de liminares concedidas pelo STF a Estados devedores da União, no âmbito do Grupo de Trabalho criado pela Corte para mediar o acordo. O restante será abatido das parcelas da dívida com a União ou será pago pelo governo (para Estados com pequenas dívidas com a União ou mesmo sem dívida)

até 2026.

Os Estados que têm a receber até R\$ 150 milhões terão compensação de 50% do valor em 2023 e 50% em 2024, com recursos do Tesouro Nacional. As unidades federativas que têm a receber entre R\$ 150 milhões e R\$ 500 milhões terão reposição de um terço do montante em 2023 e dois terços em 2024. Quem possui acima de R\$ 500 milhões a receber será recompensado da seguinte forma: 25% em 2023, 50% em 2024 e 25% em 2025.

Para Estados em Regime de Recuperação Fiscal, o programa de socorro do governo federal para os mais endividados, como Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul, serão praticadas as mesmas regras dos demais, mas o adicional de R\$ 900 milhões será compensado na dívida em 2026.

A dificuldade em chegar a um acordo perpassou pelo desafio de obter consenso entre os Estados. Para ser concretizado, era preciso unanimidade entre os Estados. Alguns governadores, no entanto, obtiveram liminares de compensação favoráveis no STF, em melhores termos do que o acordo que vem sendo discutido com o governo federal.

As unidades da federação se depararam, no entanto, com a segurança jurídica da questão. Como liminares são decisões temporárias, podem ser derrubadas a qualquer momento. Os Estados passaram, então, a analisar se o acordo ou a via judicial seria mais adequada.

O Estado de São Paulo, por exemplo, recebeu uma liminar em agosto do ano passado pelo ministro Alexandre de Moraes. Ontem, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) se reuniu com Moraes e o ministro Gilmar Mendes, em Brasília, para discutir o assunto.

“Vamos levar o acordo dos Estados com o governo ao STF e ao Congresso. Os Estados também estão muito interessados na reforma tributária. O Brasil está muito atrasado na questão tributária e esperamos que ela seja aprovada ainda este ano. Era importante levar o acordo antes de aprovar a reforma tributária”, disse Haddad.

Arcabouço fiscal

Haddad disse que apresentará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a proposta da equipe econômica para o novo arcabouço fiscal para substituir o teto de gastos na próxima semana. Segundo ele, não é possível detalhar o texto sem antes apresentá-lo ao presidente.

“Semana que vem apresento a proposta de arcabouço fiscal ao presidente Lula. Ele dará a palavra final sobre o arcabouço. Construímos uma proposta no Ministério da Fazenda, apresentamos para a equipe econômica e vamos levar ao presidente. Se eu der qualquer detalhe muita gente ganha e muita gente perde dinheiro”, disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/03/2023

COMO A IPIRANGA VAI ATUALIZAR SEUS POSTOS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Companhia anunciou a primeira atualização da sua marca em quase 20 anos; mudanças na formação das unidades deve chegar aos mais de 6,5 mil endereços da rede em todo o País

Por Wesley Gonsalves

A rede de postos de combustível Ipiranga - que pertence ao Grupo Ultra - decidiu atualizar, após quase 20 anos, sua marca, lançando um novo logo para a companhia e mudando a disposição de como as suas mais de 6,5 mil unidades são organizadas pelo território nacional. A mudança de visual na companhia inaugura uma nova fase do negócio, que olha para a transição energética no País e traz novas opções de serviços que fogem aos tradicionais combustíveis à combustão e apostam em outras opções de mobilidade urbana.

Segundo a companhia, a mudança estrutural de layout nos postos de combustível deve ocorrer de maneira gradual, mas com início ainda em 2023. Entre as mudanças, além do logo, da cartela de cores, mudança no estilo das bombas de abastecimento e disposição dos serviços acessórios, o novo projeto da rede prevê áreas para ciclistas, pedestres, carregamento de veículos elétricos, entre outras mudanças na área da conveniência Am Pm.



Em entrevista ao Estadão, o presidente da rede Ipiranga, Leonardo Linden, afirmou que a companhia vem se preparando para essa mudança há pouco mais de dois anos, que vai desde “revisitar” a marca, até preparar o terreno para mudanças pelas quais o mercado de varejo de combustíveis pode ter no futuro próximo. “O intuito de mexer na marca é evoluir, não revolucionar”, afirma.

Para o presidente da Rede Ipiranga, companhia está preparada para ir além da oferta de combustíveis tradicionais. Foto: CARSTEN HORST

Segundo a companhia, a expectativa de investimentos na expansão da marca deve ser na casa de R\$ 585 milhões para 2023.

Para o especialista em branding da TM20 Branding, Eduardo Tomiya, a atualização da rede de postos é uma aposta de longo prazo, não só no modelo de negócio, mas também na ideia de que a companhia deve capitanear o movimento de transformar o local em um ponto de solução completa de mobilidade. “Ela quer sair na frente de uma tendência que sabe que vai acontecer no futuro. Quem sai na frente, leva vantagem”,

diz. “Essa atualização da Rede Ipiranga vem para mostrar mais perenidade para o negócio dos seus franqueados.”

A diretora de marketing da Rede Ipiranga, Barbara Miranda, conta que alterações visuais nas unidades foram pensadas para “melhor atender” não só os motoristas, mas todos os clientes que chegam a pé, em carros de aplicativo, ou em bicicletas, para utilizar algum dos serviços da marca. “Nós tínhamos muitas oportunidades de melhorar a experiência de consumo desse público, pensando em quais espaços nós poderíamos oferecer a essas pessoas”, diz. “Nós acreditamos que a jornada de mobilidade não é só de carro”, complementa.

O presidente afirma que a companhia está atenta às mudanças do setor e vem tentando se atualizar para continuar a oferecer produtos relevantes, seja através de combustível à combustão, recargas elétricas ou novas modalidades energéticas. “O posto é um ponto para atender a mobilidade das pessoas, então, vai ter o abastecimento elétrico, o abastecimento à combustão - ainda por muito tempo - e também outras formas de abastecer a necessidade de mobilidade dessas pessoas no futuro”, afirma.

Na avaliação do executivo, apesar dos desafios, a situação de marcas brasileiras deve ser mais tranquila na pauta de transição energética, uma vez que, por aqui, os modelos de biocombustível - como o etanol - já fazem parte da realidade dos negócios, o que facilitaria a introdução de mais opções, como no caso de um possível combustível de hidrogênio líquido (verde). “O nosso papel é entender que essa transição vai acontecer e nós vamos participar dessa transição.”

Jean Paul Rebetez, sócio-diretor da Gouvêa Consulting, afirma que a atualização da marca e do propósito da rede de postos é importante porque mostra uma preocupação com a sustentabilidade desse modelo de negócio. Um dos desafios será sensibilizar os franqueados sobre a necessidade de expandir a oferta de serviços dentro das unidades, seja com as conveniências, postos de carregamento, ou os novos bicicletários.

“É óbvio que esse franqueado acaba sofrendo demais para administrar todo esse negócio porque antes ele oferecia três produtos - diesel, gasolina e etanol - e agora ele tem de lidar com problemas de margem, de perda de produtos, o que é um grande desafio”, afirma.



Leonardo Linden e Barbara Miranda, durante o evento que anunciou as mudanças na marca Ipiranga. Foto: CARSTEN HORST

Vale lembrar que, atualmente, a Rede Ipiranga tem mais de 6,5 mil unidades pelo País, mas apenas 1,6 mil pontos de conveniência Am PM acoplados nesses postos.

Rebetez destaca ainda que a mudança de posicionamento da companhia, em busca de se tornar uma opção mais completa de mobilidade, pode ter impactos positivos no futuro, uma vez que as novas, e as futuras gerações têm se preocupado cada vez mais com pautas ligadas ao universo ESG (sigla em inglês para questões ambientais, sociais e de governança).

“Por enquanto, o cliente do posto de combustível não leva em consideração as preocupações ambientais na hora de escolher a marca, mas no futuro, esse pode ser um ativo importante para o consumidor final”, enfatiza.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 10/03/2023

INFLAÇÃO SOBE ACIMA DO ESPERADO E JOGA MAIS PRESSÃO SOBRE O BC ÀS VÉSPERAS DA REUNIÃO DO COPOM

Para analistas, dados ruins mostram uma resiliência dos preços maior do que se esperava, o que torna mais difícil o início do ciclo de queda da Selic

Por Daniela Amorim, Cicero Cotrim e Daniel Tozzi Mendes

Os reajustes de mensalidades escolares habitualmente praticados no início do ano letivo pressionaram a inflação no País em fevereiro. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acelerou de 0,53% em janeiro para 0,84% no último mês, divulgou nesta sexta-feira, 10, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado superou a estimativa de alta mediana de 0,78% de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Estadão/Broadcast. O cenário inflacionário não deve trazer alívio para a política monetária do Banco Central (BC), que não terá espaço para promover cortes na taxa básica de juros (atualmente em 13,75% ao ano) ainda em 2023, avaliou a economista para o Brasil do banco BNP Paribas, Laiz Carvalho. O resultado de fevereiro reflete o que deve ser o comportamento da inflação ao longo do ano, com alguns repiques por fatores sazonais e uma desaceleração “muito lenta”.



Em fevereiro, educação teve a maior alta, com avanço de 6,28% no mês. Foto: Tiago Queiroz/Estadão

“Ainda devemos ver os principais itens rodando ao redor de 6% (no IPCA de 2023)”, projetou Carvalho.

A taxa acumulada pelo IPCA em 12 meses arrefeceu de 5,77% em janeiro para 5,60% em fevereiro, mas a abertura dos dados do último mês não animou economistas. O índice de difusão, que mostra a proporção de itens com

aumentos de preços, aumentou de 63% em janeiro para 65% em fevereiro

“Na nossa avaliação, as condições correntes desafiadoras recomendam uma calibragem conservadora da política monetária”, corroborou o diretor de Pesquisa Macroeconômica do banco Goldman Sachs para América Latina, Alberto Ramos, em relatório.

A meta de inflação perseguida pelo Banco Central é de 3,25% neste ano, com um teto de tolerância de 4,75%.

“O qualitativo da inflação parece ter atingido um ponto de inflexão e deve ficar bem acima do teto da meta nos próximos meses. Temos avaliado que o melhor momento (da inflação) ficou para trás”, afirmou o economista João Rabe, da gestora de recursos EQI Asset.

A inflação de serviços – usada como termômetro de pressões de demanda sobre os preços – passou de uma elevação de 0,60% em janeiro para uma alta de 1,41% em fevereiro, maior resultado da série histórica iniciada em 2012 pelo IBGE.

Segundo Pedro Kislakov, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE, a alta recorde nos serviços “está fortemente relacionada aos cursos regulares”, mas também é resultado de pressão dos avanços em aluguel residencial e transporte por aplicativo, além de outros subitens que permanecem com aumentos, como pacotes turísticos.

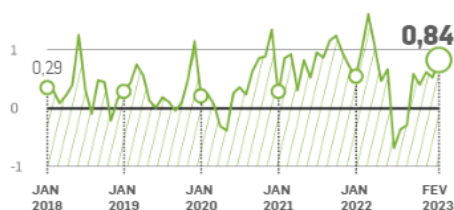
“A gente tem observado na verdade uma queda subsequente na taxa de desocupação, que continua, aumento de rendimento real, e isso pode significar uma maior demanda pelo setor de serviços, que foi o setor mais prejudicado pela pandemia”, justificou Kislanov.

Inflação no Brasil

Índice de fevereiro ficou em 0,84%

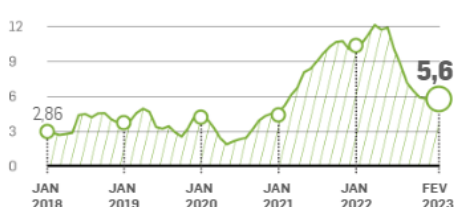
IPCA no mês

EM PORCENTAGEM



IPCA em 12 meses

EM PORCENTAGEM



Fonte: IBGE

Por grupos

EM PORCENTAGEM



ESTADÃO

O pesquisador pondera que, embora a melhora no mercado de trabalho esteja sustentando a demanda por serviços, não há aceleração no ritmo de aumento de preços. Segundo ele, a inflação de serviços acumulada em 12 meses teve um pico recente em julho de 2022, quando alcançou 8,87%, engatando então uma trajetória de arrefecimento, passando de 7,80% em janeiro para 7,84% em fevereiro. No mês de fevereiro de 2022, a inflação de serviços foi de 1,36%.

“Penso que (a alta de serviços em fevereiro de 2023) tem muito mais a ver com fatores localizados, fatores pontuais”, opinou Kislanov, que não vê intensificação da pressão de uma maior demanda no momento, mas sim um repasse de aumento de custos.

Em fevereiro, os cursos regulares subiram 7,58%, puxados por aumentos que superaram os 10% no ensino médio e no ensino fundamental, além de altas relevantes também na pré-escola, creche, ensino superior, cursos técnicos e pós-graduação. Também pesaram mais no bolso das famílias os perfumes (7,50% mais caros), a gasolina (alta de 1,16%) e a energia elétrica residencial (1,37% mais elevada).

Por outro lado, houve trégua na despesa com alimentação e bebidas. Os produtos alimentícios para consumo no domicílio tiveram ligeira alta de 0,04% em fevereiro. Houve quedas nos preços das carnes (-1,22%), batata-inglesa (-11,57%) e tomate (-9,81%).

Segundo Kislanov, do IBGE, a redução no custo das carnes já pode ser efeito da suspensão de exportações do Brasil para a China, por conta de registro de um caso de mal da vaca louca em um bovino no Pará.

“Pode ser o efeito da suspensão de exportações de carnes do Brasil para a China por conta do mal da vaca louca”, disse Kislanov. “Tem maior oferta de carnes no mês, não só de carne bovina, mas também frango. Mas a gente já vinha com uma oferta maior nesse mercado”, completou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/03/2023

RUI COSTA CONFIRMA NOVO PAC ATÉ FIM DE ABRIL E REFORÇA INCENTIVO A PPPS

Segundo ministro, parcerias com setor privado devem ser usadas para alavancar os investimentos no País; Costa afirmou também que governo avalia aumentar subsídio para faixa 2 do Minha Casa, Minha Vida

Por Amanda Pupo, Marlla Sabino e Sofia Aguiar

BRASÍLIA – O ministro da Casa Civil, Rui Costa, confirmou nesta sexta-feira, 10, que o governo Lula quer lançar o novo plano de investimentos até o final do mês que vem. “Final de abril, Lula lançará o novo PAC”, disse.

Após reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a equipe econômica e ministros da área de infraestrutura, Costa reforçou que o novo programa de obras será composto de investimentos federais, concessões e um incentivo a novos projetos de Parceria Público-Privada (PPP).

O ministro da Casa Civil lembrou que o Executivo federal nunca lançou mão das PPPs para ativos de infraestrutura, e que esse formato será usado a partir de agora para alavancar investimentos no País.

Segundo Costa, os empreendimentos que serão concretizados via PPP terão participação do governo federal, seja de forma direta ou em obras de Estados e municípios.



Primeiro PAC foi lançado durante o segundo mandato de Lula Foto: Elói Correa/GOVBA

Como mostrou o Estadão/Broadcast, a Casa Civil tem em mãos uma lista de mais de 400 empreendimentos listados como prioritários pelos Estados – a pasta ainda selecionará o que entrará no plano. Agora, se inicia a fase de reuniões com os ministérios de Lula.

“Iniciamos [a reunião de hoje] com a infraestrutura retomada de planejamento que cada ministério fez, e apresentamos o novo plano de investimentos”, comentou o ministro à imprensa, lembrando que o nome do novo programa ainda não está definido. Mais cedo, Lula pediu que o plano não repetisse a marca PAC.

O ministro também comentou que o governo iniciou a temporada de receber os projetos que são demandados pelos municípios, e que a carteira do programa de investimentos não será composta apenas de novos projetos, prevendo a igualmente a conclusão de obras. Segundo Costa, o Executivo também editará uma Medida Provisória para viabilizar especialmente obras na área de educação.

Minha Casa, Minha Vida

Rui Costa afirmou que o governo está avaliando aumentar o subsídio para faixa 2 do programa Minha Casa, Minha Vida. O presidente Lula relançou o programa de habitação em fevereiro, com a promessa de que as obras de unidades habitacionais seriam retomadas. No novo Minha Casa, a faixa 2 contempla núcleos familiares com renda bruta mensal de R\$ 2.640 a R\$ 4.400.

Segundo o ministro, o presidente também lançará nos próximos dias o programa Água para Todos, criado inicialmente em 2011. “Estamos finalizando reuniões, buscando promover investimento do setor privado e público”, disse. De acordo com ele, o programa também terá foco em saneamento.

Costa também confirmou que o governo trabalha em um decreto para regulamentar o marco legal do saneamento, que, segundo ele, deve sair na próxima semana. Como vem mostrando o

Estadão/Broadcast, a Casa Civil e o Ministério das Cidades abriram uma mesa de negociação entre as empresas privadas e estaduais para tentar chegar a um acordo sobre as novas regras.

Juros

O ministro criticou nesta sexta-feira, 10, o patamar atual da taxa básica de juros, a Selic, que atualmente está em 13,75% ao ano. Costa defendeu a redução dos juros para “colocar de pé” projetos de PPPs e gerar empregos no País.

O ministro disse que a intenção do governo é melhorar a qualidade do gasto público, reduzindo o custeio e aumentando os investimentos para gerar empregos. O governo conta, inclusive, com a mobilização de recursos privados.

Costa afirmou que irá discutir com o Ministério do Planejamento e Fazenda para articular a viabilização das PPPs e também para discutir tecnicamente o uso do fundo garantidor. “Não é fácil colocar um projeto de PPP e concessão em pé a essa taxa de juro. O Brasil precisa de emprego, precisa trabalhar, precisa produzir na indústria”, disse

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 10/03/2023*

LULA PEDE QUE PLANO DE INVESTIMENTOS TENHA NOVO NOME PARA NÃO USAR MARCA ‘PAC’

Novo programa deve ser lançado pela equipe da Casa Civil até o final de abril
Por Amanda Pupo e Sofia Aguiar

BRASÍLIA- O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pediu que sua equipe de comunicação elabore um novo nome para o plano de investimentos do governo federal, sem usar o termo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) - marca das antigas gestões petistas na área de infraestrutura. Como mostrou o Estadão/Broadcast, a equipe da Casa Civil trabalha para entregar a nova carteira do plano de investimentos até o final de abril. Sem nome definido, ele vem sendo chamado de novo PAC. Lula, contudo, mostrou hoje que não quer usar mais esse marca, em nome de mostrar que seu terceiro mandato como presidente está “renovando e inovando”.

“Eu queria até sugerir ao nosso companheiro Pimenta que é importante colocar a criatividade da comunicação em funcionamento para gente criar um novo nome. O PAC foi muito importante, produziu muita coisa, mas se a gente puder criar um novo programa, é importante. Mostrar que a gente está renovando, inovando, que temos criatividade para fazer outras coisas”, afirmou Lula na abertura da reunião com ministros para tratar de infraestrutura.

O ressurgimento de um programa aos moldes do PAC pelo governo Lula provoca reações mistas no mercado, como já mostrou o Estadão/Broadcast. Apesar de ser elogiado por ter previsto um planejamento de longo prazo para o País, o apoio a empreendimentos que não tiveram continuidade, seja por falta de recursos ou por projetos mal estruturados, é criticado até hoje. É nesse contexto que Lula pede a seus auxiliares para criarem uma nova marca.



Lula durante reunião com as equipes do PAC em 2008, no segundo mandato que exerceu. Programa tinha visava melhorar a infraestrutura do País Foto: Sergio Dutti / AE

O presidente disse ainda estar orgulhoso do que os ministros entregaram nesses primeiros dois meses de governo, e pediu que os auxiliares apresentem no encontro o que é possível de ser entregue e inaugurado, além de relatarem eventuais dificuldades, inclusive de recursos, uma vez que o ministro



da Fazenda, Fernando Haddad, está presente na reunião. “Não tenham medo de falar de dificuldade, de falar de dinheiro, porque o homem está aqui. E esse é o lado bom do ministro da Fazenda, que é o sangue árabe dele”, afirmou.

O encontro acontece enquanto a Casa Civil corre para concluir o novo plano de investimentos do governo federal, ainda sem nome definido. O cronograma do programa também deve ser apresentado durante a agenda. A intenção é finalizar a carteira até o final de abril.

Além dos auxiliares das áreas de infraestrutura, o encontro conta com a presença dos ministros de Haddad e da ministra do Planejamento, Simone Tebet. De acordo com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, os ministros deverão apresentar pontos específicos sobre o Plano Plurianual (PPA) participativo, além da questão orçamentária. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, também está presente na reunião.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, de acordo com fontes, Lula quer saber quanto de fato dos recursos previstos para este ano estarão empenhados em obras e o quanto deve sobrar - e ser automaticamente destinado para o resultado primário.

Após as falas dos ministros, as Pastas farão uma apresentação sobre a situação e propostas de cada Ministério. Em seguida, o presidente terá um espaço, de cerca de 20 minutos, para fazer perguntas e sugestões em relação a cada Pasta.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/03/2023

TARCÍSIO DRIBLA MÁRCIO FRANÇA E SE REÚNE COM RUI COSTA PARA DISCUTIR PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Governador de SP se encontrou com a equipe do PPI de Rui Costa; ministro dos Portos e Aeroportos é contra privatização

Por Wesley Galzo

BRASÍLIA – O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), esteve no Palácio do Planalto nesta quinta-feira, 9, em uma reunião com o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT), para debater a privatização do Porto de Santos. Ao se encontrar com o braço direito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o governador driblou o ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), que tem se colocado publicamente contra a concessão das instalações na Baixada Santista.

Tarcísio, ex-ministro de Infraestrutura de Jair Bolsonaro (PL), levou para a reunião o seu secretário de governo, Gilberto Kassab (PSD), e discutiu com Rui Costa o modelo de concessão elaborado durante o governo do ex-presidente – e como alinhá-la aos projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), sob o guarda-chuva da Casa Civil. Segundo o governador, a reunião foi proposta por Lula na reunião com os 27 governadores em janeiro deste ano.

“A gente colocou o ponto de vista do governo de São Paulo da importância dessa concessão para o desenvolvimento da Baixada Santista. Então, eu saio daqui muito satisfeito. Entendo que a gente está evoluindo bastante”, afirmou Tarcísio. “A gente tem um ponto de partida. Podemos avançar a partir daquilo que definimos hoje”, completou.

No encontro, a equipe de Rui Costa apontou preocupações em alguns pontos do modelo de privatização defendido pelo governo paulista, como o vencimento dos contratos vigentes no porto e a possível elevação de custos por causa dessa mudança. Segundo Tarcísio, a Casa Civil disse que esse é um dos pontos que causam preocupação nos operadores de mercado. O governador, por sua vez, disse ter apontado meios de mitigar os possíveis problemas que surjam durante o processo de concessão.



O ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), é contra a privatização do Porto de Santos. Foto: Rafael Arbex/Estadão

“Eu acredito que o modelo está sendo eficaz no que diz respeito à manutenção da estabilidade jurídica. A gente conseguiu avançar naqueles desafios regulatórios, então os contratos são preservados”, afirmou ao deixar o Palácio do Planalto.

Impasse

Ficou acertado na reunião que o governo deverá avaliar o modelo de privatização apresentado pela governo Bolsonaro ao Tribunal de Contas da União (TCU) e, a partir dessa análise, sugerir ajustes e dialogar com o setor privado. Enquanto Rui Costa sinaliza favoravelmente à privatização, o ministro da área, Márcio França, já disse não concordar que a “autoridade portuária seja vendida em hipótese alguma”.

O governador de São Paulo alega que a privatização do porto de Santos, de gestão federal, é a medida mais eficaz para manter a competitividade da autoridade portuária no setor. “A gente não injeta muito capital para aprofundar o canal, então a gente acaba perdendo competitividade para outros portos”, afirmou.

Tarcísio ainda afirmou que questões pendentes e que gerariam problemas à privatização, como a definição de tarifa, valor de arrendamento e participação do mercado na área do porto, “podem ser perfeitamente definidas pelo poder concedente e pela regulação para mitigar esses riscos, que são legítimos, mas que estão sendo observados pelo mercado”. O governador, porém, não conseguiu estimar quando tempo levaria para chegar a uma definição com o governo federal e elaborar uma resolução sobre a concessão.

O governador de São Paulo ainda se encontrará com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) nesta quinta-feira para discutir a recomposição das receitas dos Estados, acordos com o governo federal e o processo de concessão da linha 18 do transporte público paulista.

Jóias de Bolsonaro

Ao ser questionado sobre as denúncias que recaem sobre seu antigo chefe, o presidente Jair Bolsonaro, – por ter tentado trazer ilegalmente para o País jóias avaliadas em R\$ 16,5 milhões recebidas do regime da Arábia Saudita –, Tarcísio disse que esteve no Planalto para falar sobre o porto. “Não tenho nada a ver com joia”, concluiu.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/03/2023

EMBRAER TEM PREJUÍZO DE R\$ 953 MILHÕES EM 2022

Resultado negativo ficou bem acima do verificado em 2021, quando a empresa registrou prejuízo de R\$ 274,8 milhões; no critério ajustado, companhia teve lucro de R\$ 171 milhões

Por Leandro Silveira

A Embraer registrou prejuízo líquido de R\$ 953,6 milhões em 2022, alta de 247% em relação a 2021, quando o resultado negativo foi de R\$ 274,8 milhões. No critério ajustado, no entanto, houve lucro de R\$ 171 milhões no ano passado, revertendo o prejuízo de R\$ 162,6 milhões de 2021. No último trimestre do ano passado, o lucro ajustado foi de R\$ 226,2 milhões.

Apesar do resultado negativo do ano, os executivos da empresa afirmaram que a crise vivida pela empresa, provocada pelo fim do acordo comercial com a Boeing e os efeitos da pandemia do coronavírus, chegou ao fim. Agora, o foco se alterou, sendo o crescimento em 2023, a partir da elevação de lucro e receita neste ano.

“O foco em 2023 é voltar a crescer, o ‘turnaround’ foi concluído”, afirmou Francisco Gomes Neto, presidente da Embraer, durante a teleconferência para apresentação dos resultados do quarto trimestre, nesta sexta-feira, 10. “Nos reestruturamos, como visto no resultado, após o desafio duplo”, acrescentou.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado alcançou R\$ 2,350 bilhões no ano passado, alta de 20,8% em relação ao R\$ 1,946 bilhão de 2021. Com isso, a margem Ebitda ajustada em 2022 foi de 10%, ante 8,6% em 2021. No critério ajustado, o Ebitda marcou R\$ 2,350 bilhões entre janeiro e dezembro. No ano anterior, o valor foi de R\$ 1,946 bilhão.

A receita líquida da Embraer em 2022 foi de R\$ 23,444 bilhões, crescimento de 3,4% na comparação com o ano anterior. De acordo com a Embraer, houve crescimento da receita comercial de 12% no ano para R\$ 7,976 bilhões “devido a 9 entregas adicionais em 2022”. A margem bruta ficou em 10,4% contra 4,1% em 2021, uma melhoria de 6,3% “devido a entregas mais altas, contribuição positiva de equilíbrio de preços e custos, e eventos únicos”.

O presidente da Embraer pondera que a empresa continua encarando desafios, envolvendo, principalmente, a cadeia de fornecimentos, mas crê em resultados melhores neste ano. “A cadeia de fornecimento continua sendo uma preocupação, mas acreditamos em crescimento da receita”, disse Gomes Neto, que também citou a inflação global e a guerra na Ucrânia como principais desafios da empresa no ano passado.



Embraer entregou 159 jatos, sendo 57 aeronaves comerciais e 102 jatos executivos em 2022 Foto: Roosevelt Cassio/Reuters

“As restrições na cadeia de suprimentos desafiaram entregas na aviação comercial”, reconheceu. Recentemente, a empresa foi procurada pela Índia, que solicitou informações para uma possível encomenda de 40 a 80 aeronaves militares. “Não vemos risco geopolítico em um eventual negócio com a Índia”, disse Antonio Garcia, CFO e vice-presidente executivo da Embraer.

Dívida em queda

De acordo com o balanço da empresa, a dívida líquida da empresa no ano passado ficou em R\$ 3,767 bilhões, uma queda de 51,5% na comparação aos R\$ 7,768 bilhões de 2021. Segundo a fabricante, a melhora na posição de endividamento líquido resultou do significativo fluxo de caixa livre positivo gerado no último trimestre do ano passado.

Em 2022, a Embraer relata que foram entregues 159 jatos, sendo 57 aeronaves comerciais e 102 jatos executivos (66 leves e 36 médios). “A Embraer aumentou o número de aeronaves entregues em 12,7% em relação a 2021, mesmo com restrições significativas na cadeia de suprimentos”, afirma.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 10/03/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

UNIÃO E ESTADOS FECHAM ACORDO DE R\$ 26,9 BI PARA REPOSIÇÃO DE PERDAS COM ICMS

Variava de R\$ 18 bilhões e R\$ 45 bilhões a conta das perdas nesse litígio entre os governos federal e estaduais

Por Lu Aiko Otta e Estevão Taiar, Valor — Brasília

União e Estados chegaram a um entendimento no valor de R\$ 26,9 bilhões, para repor perdas de arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sofridas pelos Estados em função da desoneração de combustíveis feita no ano passado, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O acordo foi antecipado nesta sexta-feira pelo Valor. O entendimento será levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Supremo Tribunal Federal (STF) para ser formalizado.

Pelo acordo, os Estados que têm até R\$ 150 milhões a receber terão metade do valor este ano e a outra metade, em 2024. Os que têm direito a valores entre R\$ 150 milhões e R\$ 500 milhões obterão um terço do valor em 2023 e o restante em 2024. Já os que têm mais de R\$ 500 milhões a receber obterão 25% em 2023, 50% em 2024 e 25% em 2025.

Como regra geral, o pagamento se dará na forma de abatimento nas prestações das dívidas dos Estados com a União. No entanto, para aquelas unidades da Federação que não devem ao Tesouro ou devem pouco, o pagamento será feito com recursos do Tesouro Nacional.

Os Estados em Regime de Recuperação Fiscal (Rio de Janeiro, Goiás e Rio Grande do Sul) seguirão a mesma regra dos demais. No entanto, informa o Ministério da Fazenda, haverá para esses Estados um adicional de R\$ 900 milhões, a ser compensado na dívida em 2026.

Variava de R\$ 18 bilhões e R\$ 45 bilhões a conta das perdas nesse litígio entre os governos federal e estaduais. “Os números discrepavam muito”, comentou Haddad, referindo-se aos dados apurados pelo Tesouro Nacional e as perdas estimadas pelos Estados, que segundo avaliou eram mais embasados.

Ele comentou que o STF havia dado prazo de 120 dias para um entendimento “sobre litígio entre governo Bolsonaro e governadores em relação ao ICMS sobre combustíveis.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/03/2023

GOVERNO DEVE REJEITAR PRECATÓRIOS EM CONCESSÕES DE INFRAESTRUTURA RENOVADAS COM ANTECEDÊNCIA

Decisão afeta diretamente a Rumo Logística, que tenta usar o instrumento no pagamento de parcelas da outorga referente ao contrato da ferrovia Malha Paulista, renovado em 2020

Por Murillo Camarotto, Valor — Brasília

O governo brasileiro não está disposto a aceitar precatórios como forma de pagamento de outorga de contratos de concessão de infraestrutura que tenham sido prorrogados antecipadamente. Essa decisão afeta diretamente a Rumo Logística, que tenta usar o instrumento no pagamento de parcelas da outorga referente ao contrato da ferrovia Malha Paulista, renovado em 2020.

Conforme revelado pelo Valor em fevereiro, concessionárias de ferrovias e aeroportos vinham enfrentando dificuldades para usar os precatórios no pagamento das outorgas, apesar de esse formato estar previsto em lei. A Rumo, por exemplo, ingressou com mandado de segurança após a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) não ratificar o pagamento de uma parcela de R\$ 197 milhões da Malha Paulista.



— Foto: Ricardo Botelho/MInfra

Até o início desta semana, a questão era vista como um mero entrave burocrático. Tribunais responsáveis pela emissão das certidões que atestavam validade dos precatórios aguardavam uma orientação do Conselho da Justiça Federal (CJF) para darem andamento ao processo.

Ontem, no entanto, o ministro dos Portos e Aeroportos, Marcio França, surpreendeu o mercado ao dizer que a ordem no governo era recusar os precatórios no pagamento de outorgas de aeroportos e exigir os depósitos em dinheiro. Como a declaração do ministro se resumiu aos aeroportos, ainda pairam dúvidas sobre qual será a orientação para os demais modais.

O Valor apurou, no entanto, que a ordem é não aceitar precatórios para contratos de concessão que tenham sido renovados antecipadamente, como aconteceu com pelo menos três ferrovias — Malha Paulista entre elas. A justificativa é de que a prorrogação já teria sido uma espécie de “benefício” para as concessionárias e que o pagamento com precatórios seria um novo favorecimento.

Assim como já aconteceu com a Rumo, a questão deve parar nos tribunais. O uso de precatórios para esse tipo de pagamento está previsto na Emenda Constitucional 113, aprovada no fim de 2021 e regulamentada no ano passado. O dispositivo autoriza a União a receber precatórios em pagamento por outorga em concessões ou alienação de participação acionária em estatais.

A ANTT informou que aguarda um posicionamento da AGU, assim como o Ministério de Portos e Aeroportos. Procurada, a AGU não havia se manifestado até o momento dessa publicação. A Rumo também não comentou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/03/2023

LULA DIZ A MINISTROS QUE GOVERNO NÃO PODE ACEITAR IDEIA DE QUE ECONOMIA NÃO VAI CRESCER

Presidente cobrou ministros que façam bom uso dos recursos e que promovam geração de empregos
Por Renan Truffi, Valor — Brasília



— Foto: Eraldo Peres/AP

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta sexta-feira, em reunião ministerial com parte dos integrantes da Esplanada e da equipe econômica, que seu governo “não pode aceitar a ideia de que o PIB não vai crescer”. Lula cobrou que seus ministros “não chorem o dinheiro que falta no Orçamento”, mas, façam bom uso dos recursos que têm. Na avaliação dele, o PIB irá crescer se o governo conseguir gerar emprego com “pequenas coisas”.



Neste sentido, Lula elogiou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por ser "criativo" e disse que ele e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, irão "arrumar" recursos para os investimentos necessários ao país. "Não podemos ficar chorando o dinheiro que falta, temos que utilizar bem o dinheiro que a gente tem. E é por isso que o Haddad é ministro da Fazenda, ele é criativo. Se a gente não tiver dinheiro, a gente vai atrás dele e ele vai ter que arrumar. Ele e a Simone vão arrumar o dinheiro que nós precisamos para fazer os investimentos que precisamos nesse país", disse.

"Não podemos aceitar a ideia de que o PIB não vai crescer porque alguém diz que o PIB não vai crescer. Nós vamos dizer que o PIB vai crescer porque vamos fazer ele crescer, vai crescer porque vamos gerar emprego e vamos gerar emprego com as pequenas coisas", complementou.

O discurso foi feito na abertura da reunião que acontece, neste momento, no Palácio do Planalto. A fala inicial foi transmitida pela TV Brasil, mas as imagens foram interrompidas assim que Lula passou a palavra para os ministros. A ideia do encontro é justamente discutir investimentos na área de infraestrutura. No começo da reunião, Lula também criticou a possibilidade de o governo federal "guardar dinheiro".

"Não dá para a gente achar que o gostoso nesse país é guardar dinheiro. Dinheiro bom é transformado em obras, em melhoria da qualidade de vida do povo e, sobretudo, em emprego", argumentou.

Em seguida, Lula disse que pretende fazer outra reunião para cobrar o papel dos bancos públicos na alavancagem de investimentos. Para o presidente, esses bancos não podem "ser proibidos de emprestar dinheiro".

"Eu quero saber o papel dos bancos públicos para alavancar os investimentos nesse país, para pequenos e médios empreendedores, cooperativas, grandes empresários, para Estados com capacidade de endividamento. Não pode ser proibido emprestar dinheiro para você construir um ativo que vai aumentar o patrimônio desse país e melhorar a vida do povo", defendeu.

Antes de passar a palavra para os ministros, Lula se disse entusiasmado para ouvir as propostas de ministros para a retomada de obras públicas e lembrou do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), política pública de 2007. Neste sentido, o presidente cobrou o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, a bolar um "novo nome" para o programa.

"Eu estou muito orgulhoso com o que vocês conseguiram produzir. Tenho certeza que vocês vão me surpreender com as propostas que vão fazer hoje. Precisamos criar um novo nome para o PAC. Ele foi muito importante, mas precisamos inovar", disse. "O PAC foi uma coisa extraordinária. O sucesso do PAC é porque começamos ouvindo governadores, milhares de prefeitos e aí construímos um arcabouço de propostas. Lamentavelmente descobri agora que temos 14 mil obras paralisadas em todas as áreas", complementou.

Por fim, Lula disse que sua cobrança junto aos ministros se deve em razão da intenção de viajar o país para inaugurar novos equipamentos públicos. "Vou fazer uma viagem para a China e quando voltar quero viajar o Brasil inaugurar escolas, estradas, creches, escolas técnicas, universidades. Temos que colocar esse país para funcionar", afirmou.

Participam da reunião ministros como Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad (Fazenda), Renan Filho (Transportes), Márcio França (Portos e Aeroportos), Alexandre Silveira (Minas e Energia), Juscelino Filho (Comunicações) e Jader Filho (Cidades). Além disso, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, também está presente na reunião. Apesar disso, o nome dela não constava na agenda divulgada previamente pelo Palácio do Planalto.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 10/03/2023

NO PLANALTO, TARCÍSIO SE DIZ 'OTIMISTA' COM PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

Governador defendeu, em reunião ontem com o ministro da Casa Civil, que a concessão é o principal caminho para evitar "perda de competitividade"

Por Renan Truffi e Fabio Murakawa — De Brasília



Vista do Porto de Santos: para Tarcísio de Freitas, há mecanismos para mitigar riscos com privatização — Foto: Anna Carolina Negri/Valor

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), defendeu, em reunião ontem com o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), que a concessão é o principal caminho para evitar uma "perda de competitividade" do Porto de Santos. Segundo ele, é possível "mitigar" os riscos de uma privatização e, por isso, a sua

gestão está "otimista" com o andamento das negociações com a gestão federal.

"Conseguimos ter um debate muito técnico [sobre concessão do Porto de Santos]. Tratamos daquilo que a gente tinha projetado em termos de modelo lá atrás. Colocamos nossa ideia sobre a importância dessa concessão para o desenvolvimento da Baixada Santista Entendo que nós estamos evoluindo bastante, foi uma reunião proposta lá atrás por ideia até do presidente Lula. Saímos bastante satisfeitos e otimistas."

De acordo com o governador, a equipe da Casa Civil listou possíveis pontos de atenção sobre estariam preocupando o Executivo. "Mostramos a modelagem que fizemos [para a concessão]. E eles [da Casa Civil] listaram pontos de atenção. Nós colocamos alguns pontos de mitigação sobre esses pontos de atenção. Entendo que a gente tem um ponto de partida agora [para a concessão]."

Tarcísio citou como exemplo, um possível temor dos operadores privados do porto quanto à manutenção dos contratos. "Eu entendo que o modelo está sendo eficaz no que diz respeito à estabilidade política. E nós conseguimos avançar naqueles desafios regulatórios, Então esses contratos serão preservados da maneira como eles foram concebidos lá atrás", argumentou.

Além disso, o governador de São Paulo defendeu que as tarifas e os custos do Porto de Santos tendem a cair com a privatização. "Existe uma manutenção de tarifa, na verdade as tarifas vão cair com a concessão, então não tem elevação de custo. A concessão do Porto de Santos tem muito a ver com a competitividade do Porto de Santos. Se a gente não injetar muito capital para investir e aprofundar o canal, a gente acaba perdendo competitividade."

Por fim, Tarcísio disse que possíveis pontos de preocupação podem ser regulados posteriormente. "Com relação à participação do mercado dentro do porto, tarifas, valor de arrendamento, tudo isso pode ser perfeitamente definido pelo poder concedente e pela regulação. Há mecanismos de mitigação para esses riscos. A gente tem como trazer essa tranquilidade para o mercado de que o modelo é muito bem-sucedido. Não tem nada mais transformador para a Baixada Santista do que a concessão do Porto de Santos porque nada vai mobilizar tanto recurso em tão pouco tempo", concluiu.

Tarcísio de Freitas foi ao Palácio do Planalto acompanhado do seu secretário de Relações Institucionais do Estado, Gilberto Kassab (PSD). O projeto de privatização do porto vinha sendo conduzido por Tarcísio quando era ele ministro de Infraestrutura do governo Jair Bolsonaro, mas não foi concluído naquela gestão.



Por causa disso, Tarcísio tem vindo a Brasília para tratar do tema com o integrantes do novo governo. Já conversou, inclusive, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em janeiro, após uma dessas reuniões com Tarcísio, Rui Costa afirmou em entrevista que o governo “não tem dogmas” sobre a privatização do porto. E citou, como possibilidades para atrair investimento, a privatização ou uma PPP (parceria público-privada).

Já o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), cujo berço político é a cidade do litoral paulista, descartou a privatização do Porto de Santos, mas se disse “aberto para conversar”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/03/2023

BRASIL RETOMA EXIGÊNCIA DE VISTOS PARA EUA, JAPÃO, CANADÁ E AUSTRÁLIA

Ex-presidente Jair Bolsonaro havia dispensado a exigência em 2019

Por Juliana Braga, Folhapress — Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu retomar a exigência de visto para a entrada no Brasil de turistas dos Estados Unidos, Austrália, Canadá e Japão.

O Ministério de Relações Exteriores já está comunicando as representações desses países de que serão cobradas de seus cidadãos as mesmas regras determinadas para brasileiros.

Como o Painei, da Folha de S.Paulo, antecipou, o governo já vinha estudando o impacto da medida para o turismo, com a possibilidade de retomar o princípio da reciprocidade, adotado historicamente pelo Itamaraty.

A pasta comparou o ano de 2019, no qual a exigência de visto foi retirada, com o ano anterior e com 2022, quando as restrições em função da pandemia de coronavírus já haviam sido eliminadas.

No caso dos Estados Unidos, o aumento do número de turistas de 2018 para 2019 foi de 12%, saindo de 391 mil para 439 mil. Em 2022, vieram 355 mil americanos, abaixo do nível pré-pandemia.

No Japão, houve um decréscimo de 4% entre 2018 e 2019, de 59 mil para 56 mil. Em 2022, foram 16,8 mil turistas.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) anunciou a revogação da necessidade do visto em março de 2019, às vésperas da viagem que faria para os Estados Unidos, para encontrar o então presidente, Donald Trump.

A isenção de visto se aplicou aos que viajam ao Brasil para fins de turismo, negócios, trânsito e atividades artísticas e esportivas. Também se estendeu para pessoas “em situações excepcionais por interesse nacional”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/03/2023



DIÁRIO DO NORDESTE - CE

GLOBEST ASSINA CONTRATO COM PECÉM PARA EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO

Escrito por Victor Ximenes

Serão exportadas 240 mil toneladas, nos próximos 12 meses



Legenda: Operação para armazenamento de minério deverá começar ainda no primeiro semestre deste ano

Foto: Fabiane de Paula / Diário do Nordeste

O Complexo do Pecém assinou um contrato com a empresa Globest, que exportará, nos próximos 12 meses, cerca de 240 mil toneladas de minério de ferro.

Instalada em Quiterianópolis, a mina da Globest tem capacidade de produzir 1 milhão de

toneladas de minério de ferro por ano.

Segundo o Complexo, os operadores portuários do Pecém, Tecer Terminais e Unilink, estão preparando uma área para recepção e armazenagem do minério e posterior transferência para o Terminal de Múltiplas Utilidades do Porto do Pecém, onde a carga será embarcada.

O início da operação se dará ainda no primeiro semestre deste ano.

Fonte: Diário do Nordeste – CE

Data: 10/03/2023

REFINARIA DE PETRÓLEO DO PECÉM PROTOCOLA ESTUDO E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL NA SEMACE

Escrito por Victor Ximenes

Projeto tem previsão de mais de R\$ 4 bilhões em investimentos e deverá gerar 3 mil empregos
Refinaria



Legenda: Refinaria de Petróleo do Pecém (RPP) tem uma previsão de investimento de R\$ 4,2 bilhões - Foto: Shutterstock

Foram protocolados, nesta semana, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) referentes ao projeto da Refinaria de Petróleo do Pecém na Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace).

O empreendimento da Noxis Energy, empresa com experiência na implantação de refinarias no Brasil e no mundo, ocupará área de 106 hectares no Complexo do Pecém e terá capacidade de refino de 100 mil barris/dia para a produção de combustíveis como gasolina e diesel.

Os levantamentos ambientais traçam uma avaliação integrada do contexto ambiental da área, com informações sobre o meio físico, a fauna, a flora e ainda as comunidades presentes na região.

O estudo também apresenta tecnicamente o empreendimento, suas características e alternativas, bem como identifica os possíveis impactos decorrentes de sua implantação e operação, indicando quais medidas serão implementadas para minimizar os efeitos adversos e potencializar os impactos benéficos.

CRONOGRAMA

Segundo Gabriel Debellian, CEO da Noxis, o próximo passo é a obtenção da Licença de Instalação (LI). "O início das obras será logo após a emissão da LI, quando também terá início a terraplanagem do terreno, programada para o segundo semestre de 2023", detalha.

O início da operação da refinaria está previsto para o segundo semestre de 2026. A empresa planeja também instalar uma planta de metanol agregada à refinaria para oferecer este combustível no Porto de Pecém.

"A chegada de uma refinaria de petróleo na região do Porto do Pecém representa um grande marco para a autonomia energética do Ceará e um grande avanço para o desenvolvimento econômico da região, contribuindo para a diversificação da economia do estado e para a geração de emprego e renda na região", destaca Laiz Hérída, CEO da HL Soluções Ambientais, responsável pelo EIA e RIMA do projeto.

Fonte: Diário do Nordeste – CE

Data: 10/03/2023

ARCELORMITTAL CONCLUI COMPRA DA CSP; 'AQUISIÇÃO ESTRATÉGICA', DIZ CEO

Escrito por Victor Ximenes, victor.ximenes@svm.com.br

A aquisição oferece sinergias operacionais e financeiras significativas e um potencial para futuras expansões



Legenda: Localizada no Pecém, CSP é uma das principais produtoras de placas de aço no País Foto: Divulgação

A ArcelorMittal anunciou que, após o recebimento das aprovações regulatórias necessárias, concluiu a aquisição da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Ceará, em uma operação de US\$ 2,2 bilhões.

operacionais e financeiras significativas e um potencial para futuras expansões, como a opção de adicionar capacidade primária de fabricação de aço (incluindo processo de redução direta) e capacidade de laminação e acabamento.

Segundo a ArcelorMittal, gigante mundial da siderurgia, a aquisição oferece sinergias

Conforme a companhia, a CSP também apresenta uma oportunidade para criar um novo centro de produção de aço de baixo carbono, capitalizando a ambição do estado do Ceará de desenvolver um centro de hidrogênio verde de baixo custo em Pecém.

"Esta é uma aquisição estratégica muito importante para a ArcelorMittal. Ela nos permite atender o crescimento da demanda de aço, através da adição de capacidade de produção de placas de alta qualidade e competitivas em custo, provendo oportunidade de vender tanto dentro do nosso próprio grupo quanto para os mercados da América do Norte e do Sul. A longo prazo, também temos a opção de aumentar sua capacidade e adicionar instalações de acabamento, enquanto há um caminho claro para descarbonizar o ativo, tendo em vista os investimentos em energia renovável que estão sendo feitos no estado do Ceará", afirmou o CEO da ArcelorMittal, Aditya Mittal.

"Gostaria de dar as boas-vindas a todos os colaboradores da CSP na ArcelorMittal e agradecer à nossa equipe interna que trabalhou na transação e planejamento de integração. Estou confiante de que a CSP e nossos negócios atuais no Brasil formarão uma combinação sólida."

Fonte: Diário do Nordeste – CE

Data: 10/03/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

SUAPE TERÁ APOIO DO GOVERNO INGLÊS PARA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 09/03/2023 - 22:50



Divulgação Suape

Encontro ocorrido na embaixada brasileira na capital londrina reuniu representantes de quatro portos nacionais e do Senai Brasil

Os projetos de incentivo à pesquisa e à produção de hidrogênio verde no Complexo Industrial Portuário de Suape e em outros atracadouros brasileiros ganharam o Reino Unido como parceiro. O apoio foi anunciado nesta quinta-feira (9), durante a realização do 'Hydrogen Opportunities in Brazil', ocorrido em Londres, com a participação de empresários do

setor de energias renováveis e pesquisadores da área.

O evento, promovido pela Embaixada do Brasil no Reino Unido em parceria com o governo anfitrião, contou com a participação das unidades de Pernambuco e da Bahia do Senai, além de quatro portos nacionais, incluindo o Complexo de Suape, que já possui uma agenda voltada para a produção do combustível.

A administração de Suape apresentou o potencial estratégico do complexo e os projetos de H2V em andamento e previstos. "A partir dessa agenda, vamos criar um grupo específico para rever nossa estratégia. Precisamos mapear as oportunidades em toda cadeia de valor do H2V e estabelecer parcerias com centros de pesquisa de energias renováveis, como os das cidades de Aberdeen (Escócia) e Sheffield (Inglaterra)", disse o diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot.

A parceria também prevê uma conexão direta do complexo de Suape com um porto britânico visando o fortalecimento dos projetos focados na pesquisa e produção do hidrogênio verde. "Será de grande importância essa troca contínua de informações e de tecnologias para ambos os países", ressaltou o diretor de meio ambiente e sustentabilidade de Suape, Carlos Cavalcanti.

O Instituto Senai de Inovação (ISI) foi representado pelo diretor André Luiz Pierre Mattei e o Senai Cimatec, pelo gerente executivo José Luís Gonçalves de Almeida. Além do Complexo de Suape, participaram do Hydrogen Opportunities in Brazil os Portos de Pecém, Açu, Rio Grande do Sul e Cluster Marítimo gaúcho. O evento teve apoio da Câmara de Comércio Brasil Reino Unido, Lide United Kingdom, Santander e REA (Associação de Energia Renovável e Tecnologia Limpa).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/03/2023

PARANÁ MAPEIA GARGALOS LOGÍSTICOS PARA MANTER VANTAGENS COMPETITIVAS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 09/03/2023 - 22:34



Arquivo/Divulgação

Na última semana, diretor-presidente da Portos do Paraná destacou em evento necessidade de busca constante por alternativas por eficiência e infraestrutura, evitando ida de cargas para outros estados. Autoridade estima 2 milhões t/ano de farelo de soja que não vão para portos paranaenses por 'pequena diferença' na conta logística

A Portos do Paraná tem mapeados em torno de 2 milhões de toneladas de farelo de soja que os portos paranaenses

'perdem' para o Porto de Santos (SP) por ano. O diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia da Silva, explicou que, ao final da conta logística, incluindo os custos portuários e de toda a cadeia do transporte, há uma diferença da ordem de 2 centavos de dólar por tonelada nesta operação. Ele observa a necessidade de reconhecimento de que as empresas operam nos portos nos quais encontram vantagens competitivas. Segundo Garcia, toda a autoridade portuária tem o dever de buscar alternativas para conseguir oferecer eficiência e uma infraestrutura que resulte em mais competitividade e atratividade para os usuários, evitando o desvio de cargas como soja (embarque) e fertilizantes (desembarque) para o Porto de Santos (SP) ou para portos de Santa Catarina, por exemplo.

A autoridade portuária do PR identifica o Mato Grosso do Sul e o Paraná como estados fortemente agrícolas e também enxerga em sua área de abrangência o potencial para exportação de cargas provenientes de Santa Catarina, além do Paraguai. Garcia disse que, por muitos anos, o Paraná foi a 'porta do oceano' para o país vizinho, que não possui porto marítimo. O Paraguai é apontado como o segundo país com maior número de transporte por barcaças, fazendo carregamento em navios de longo curso na Argentina ou no Uruguai. Os paraguaios utilizam a hidrovía para escoamento das cargas por meio de comboios.

Em um evento na última semana, Garcia explicou que a seca que atingiu esse trecho da hidrovía nos últimos dois anos, pôs um ponto de alerta: "Se Itaipu não abrisse as comportas para a água escorrer, as barcaças não transitariam. Isso fez o Paraguai voltar a olhar para o Paraná", comentou Garcia, durante a 1ª Conferência de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro, promovida pela seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP).

Ele acrescentou que o estado pode se alavancar por meio de projetos de ferrovias e da melhora do sistema rodoviário e da infraestrutura portuária. O diretor-presidente dos portos paranaenses avalia que, dos três vetores que a Portos do Paraná atua, os acessos rodoviário e ferroviário não dependem diretamente dos portos, mas possuem sinergia com a autoridade portuária. "São três vetores que não se comunicam e talvez seja a função da autoridade portuária organizá-los para conseguir colocar todos no mesmo sentido, de desenvolvimento, porque são completamente diferentes", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/03/2023

LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL REGISTRA RECORDE ANUAL COM RECEITA SUPERIOR A R\$ 2 BILHÕES

Da Redação NAVEGAÇÃO 09/03/2023 - 21:22

A Log-In Logística Intermodal divulgou, nesta quarta-feira (8), os resultados financeiros e operacionais referentes ao quarto trimestre (4T22), bem como aos 12 meses (12M22) de 2022. Dentre os destaques do ano estão os recordes históricos anuais de Receita Operacional Líquida (ROL) e de EBITDA Ajustado, bem como as aquisições da Tecmar Transportes e da Oliva Pinto.



Com relação à ROL anual, a companhia apresentou uma alta de 48%, registrando R\$ 2,06 bilhões, frente ao R\$ 1,39 bilhão de 2021. Quanto ao resultado do 4T22, o valor total da receita foi de R\$ 547,5 milhões, um avanço de 41,1% se comparado aos R\$ 387,9 milhões do quarto trimestre do ano anterior.

A alta da ROL do 4T22 foi determinada, sobretudo, pela inclusão da ROL da Tecmar Transportes, pelos recordes de receita para um quarto trimestre do Terminal Portuário de Vila Velha (TVV) e da Navegação, com destaque para os trades Cabotagem e Mercosul.

O EBITDA ajustado também foi relevante neste trimestre, apresentando um crescimento de 65,9%, passando de R\$ 99,2 milhões no quarto trimestre de 2021, para R\$ 164,5 no 4T22. Quanto aos dados anuais, o EBITDA Ajustado apresentou recorde histórico, com um montante de R\$ 597 milhões, o que representa um aumento de 63,3% se comparado aos R\$ 365,6 milhões em 2021.

Além destes resultados, o ano de 2022 da Log-In foi marcado pelas aquisições das empresas Tecmar Transportes e Grupo Oliva Pinto, a recertificação pela Great Place to Work Brasil como ótimo lugar para se trabalhar, a conquista do segundo lugar no Prêmio ANTAQ com o Programa Mulheres na Operação, o aumento do NPS (Net Promoter Score) em todos os negócios da companhia e a afirmação do rating 'A(bra)' pela Fitch, com perspectiva revisada para positiva.

De acordo com o CEO da Log-In Logística Intermodal, Márcio Arany, os resultados obtidos ao longo de 2022 demonstram o sucesso da estratégia de negócios adotada e a robustez das operações da companhia. "Sem dúvidas, 2022 foi um ano marcante para a história da empresa. Registramos recordes repetidamente durante todos os trimestres, o que consolidou resultados extremamente positivos no acumulado. Além disso, as aquisições da Tecmar e, posteriormente, da Oliva Pinto demonstram o empenho em ampliar a expertise da Log-In e oferecer um portfólio de soluções logísticas cada vez mais aderentes às demandas do mercado", comenta.

Navegação Costeira

As operações relacionadas ao serviço de Navegação da Log-In confirmaram a resiliência dos negócios da companhia. No quarto trimestre, a ROL total deste serviço registrou um crescimento de 5,9%, alcançando a marca de R\$ 327,3 milhões. No acumulado do ano, o avanço foi ainda mais expressivo, com 17,6% de aumento e um recorde histórico de aproximadamente R\$ 1,28 bilhão.

Além disso, o EBITDA Ajustado do quarto trimestre de 2022 apresentou uma valorização de 28,4% se comparado ao mesmo período de 2021, passando de R\$ 91,3 milhões para R\$ 117,2 milhões. No acumulado do ano, o EBITDA Ajustado também registrou recorde histórico com valor de R\$ 446,2 milhões, o que representa uma variação positiva de 48% com relação aos R\$ 301,5 milhões de 2021. Quanto ao volume do ano, a Log-In também bateu recordes no transporte de Contêineres, com 442,0 mil TEUs, e na Cabotagem, com 157,6 mil TEUs.

A conversão de cargas do modal rodoviário, a entrada de novos clientes, a diversificação de mercado e a melhoria do nível de serviço foram os principais responsáveis pelo crescimento reportado. Além disso, entre os destaques da empresa estão os recordes históricos anuais de receita em todos os trades (Cabotagem, Feeder e Mercosul), a conclusão das docagens dos navios Log-In Jacarandá e Log-In Pantanal e um Índice de Pontualidade Rodoviária de 94,83%.

Terminal Portuário de Vila Velha (TVV)

O Terminal Portuário de Vila Velha também foi responsável por recordes. No acumulado de 2022, a ROL alcançou a marca de R\$ 319,1 milhões, um crescimento de 20,1% se comparado ao ano de 2021. Já o EBITDA apresentou recorde anual de R\$ 149,7 milhões, 25,6% superior aos 119,2 milhões de 2021.

Com relação aos dados do 4T22, o TVV obteve uma ROL de R\$ 78,3 milhões, o que representa um avanço de 12,2%, e um EBITDA de R\$ 36,6 milhões, 30% superior se comparado ao mesmo período de 2021.



Entre os principais responsáveis pelos resultados estão o incremento de operações de armazenagem e serviços acessórios, a captura de novos projetos e cargas de alto valor agregado, o reposicionamento estratégico de contêineres vazios, a operação do TVV como terminal multipropósito, modernização e expansão da capacidade do Terminal, além da diversificação do perfil das cargas e otimização na performance operacional das equipes ao longo do período.

Segundo o Diretor de Terminais da Log-In, Gustavo Paixão, os resultados obtidos comprovam a efetividade da estratégia proposta para o Terminal em 2022. "Desde o início do ano, a transformação do TVV em um terminal multipropósito e multicargas foi uma prioridade para a Log-In. Com o fechamento dos resultados, pôde-se observar o acerto na tomada de decisão e vislumbrar um futuro muito positivo para os negócios do TVV", conclui o executivo.

Transporte Rodoviário de Cargas

No 4T22 houve continuidade do processo de obtenção de sinergias entre a Tecmar Transportes e a Log-In, inclusive com início de novas operações das duas empresas atuando de forma conjunta. No período, o EBITDA Ajustado da Tecmar apresentou um crescimento de 83% se comparado ao 3T22. Já a ROL, do quarto trimestre, registrou um valor de R\$ 128,7 milhões, crescimento de 5,5% se comparado ao trimestre anterior.

Além disto, o principal destaque para o modal rodoviário foi a aquisição realizada pela Tecmar Transportes da totalidade das quotas de emissão da Oliva Pinto Logística Ltda., Oliva Pinto Locações Eirelli e Transporte Transporte Rodoviário Ltda., em dezembro de 2022.

De acordo com Diretor da Tecmar Transportes, Maurício Alvarenga, o Grupo Oliva Pinto complementa a atuação rodoviária com a operação no norte do Brasil, região em que a Tecmar não estava presente. "A aquisição está inserida na estratégia de crescimento a longo prazo da Log-In, por meio da expansão de seu modelo intermodal, e reforça o compromisso da companhia de seguir realizando investimentos, expandindo sua operação e criando valor para seus acionistas, clientes e para a sociedade", finaliza.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/03/2023

PETROBRAS E SHELL FIRMAM ACORDO PARA IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES

Da Redação OFFSHORE 09/03/2023 - 20:59

A Petrobras e a Shell firmaram nesta quinta-feira (9) memorando de entendimentos com a finalidade de promover discussões e colaborações entre as empresas. As companhias vão trabalhar juntas para identificar potenciais oportunidades de negócio no upstream, compartilhando experiências e melhores práticas em redução de emissões de carbono e iniciativas socioambientais. O contrato tem duração de cinco anos.

O acordo foi firmado pelo presidente da Petrobras Jean Paul Prates e o CEO da Shell Wael Sawan, durante a CERAWEEK, em Houston, EUA.

Esse acordo não vinculante foca em potenciais oportunidades de exploração dentro e fora do pré-sal, incluindo a Margem Equatorial. Também contempla esforços de transição energética, com ênfase em renováveis e Captura, Utilização e Armazenamento de Carbono (CCUS). Na frente ambiental, Petrobras e Shell pretendem estabelecer projetos para preservar e restaurar a biodiversidade, com o objetivo de emitir créditos para compensar as emissões de carbono. Além disso, as empresas também buscarão atuar em conjunto em projetos de investimento social.

Em nota, a Petrobras sinaliza: "Com essa parceria, as empresas reconhecem que sinergias em projetos de E&P que contemplem iniciativas de descarbonização são estratégicos em um cenário de economia de baixo carbono e reforçam a intenção de buscar novas oportunidades de parcerias no Brasil e no exterior. Para acompanhar o progresso dos estudos e discussões, serão formados comitês de representantes de ambas as empresas".

“Contar com parceiros como a Shell é fundamental para os planos futuros da Petrobras, pois as parcerias conferem solidez e robustez aos projetos conjuntos em áreas que a empresa está buscando diversificação rentável, como renováveis e hidrogênio. Vamos buscar entendimento com os maiores players para seguir nessa jornada da Petrobras por uma transição energética justa”, destacou Jean Paul Prates.

“Neste momento, em que a Shell comemora nosso aniversário de 110 anos de trabalho no Brasil, este empolgante acordo reforça tanto a importância do país em nosso portfólio global quanto nossa forte parceria com a Petrobras”, disse Wael Sawan, CEO da Shell.

Somente após a conclusão de análises técnicas por grupo multidisciplinar, projetos advindos do acordo terão estimativas oficiais de custo e retorno, necessárias para futuramente serem apreciados pelas instâncias de aprovação interna, de acordo com a governança da companhia.

Parceria tecnológica

A Petrobras e Shell possuem longo histórico de cooperação na área de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias de interesse mútuo, tendo um Acordo de Cooperação Técnica Estratégica (ACTE) vigente desde 2020. Atualmente, Petrobras e Shell são parceiras em ativos importantes no Brasil, tais como Tupi, Sapinhoá, Mero, Atapu, entre outros.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/03/2023

LOG-IN PLANEJA MAIS DOIS PORTA-CONTÊINERES OPERANDO EM SUA FROTA EM 2024

Por Bianca Guilherme NAVEGAÇÃO 09/03/2023 - 19:32



Arquivo/Divulgação

Empresa aguarda navios com capacidade nominal de 3.158 TEUs, cada, que começaram a ser construídos em estaleiro chinês em 2021. Primeira unidade está com entrega prevista para fim de 2023 e entra em operação em março do próximo ano

A Log-In Logística Intermodal pretende seguir registrando recordes e demonstrando resiliência e a robustez dos negócios, além de diversificação. Na última

quarta-feira (9), a empresa divulgou os resultados financeiros e operacionais referentes ao quarto trimestre de 2022. A companhia apurou lucro líquido de R\$ 288,5 milhões, crescimento de mais de dez vezes comparado ao mesmo período de 2021. A receita foi beneficiada pela receita operacional líquida (ROL) da recém adquirida Tecmar (R\$ 128,7 milhões), sem registro na mesma época.

Em 2021, a Log-In comprou dois porta-contêineres, que estão sendo construídos pelo estaleiro chinês Zhoushan Changhong. Com o valor de US\$ 42,6 milhões, cada embarcação tem a capacidade nominal de 3.158 TEUs, o primeiro está com entrega prevista para fim de 2023 e estará operando já no início de março de 2024. De acordo com o diretor-executivo da Log-In, Marcio Arany, a companhia também adquiriu três navios Discovery, que estão em longo curso e, possivelmente, irão operar na cabotagem brasileira no segundo trimestre deste ano.

Em 2022, o grupo MSC comprou 67% da Log-In e entrou na cabotagem. Arany considera que a operação possibilitou que as duas empresas tivessem uma troca justa, o que foi benéfico para ambas. "Eles [MSC] são do ramo e nos agregam em troca de experiência, como divulgamos, procuramos trabalhar com eles na redução do custo que nós temos, dentro do que eles podem nos disponibilizar", comentou Arany, nesta quinta-feira (9), durante teleconferência sobre os resultados da Log-In.

Para o diretor, a Log-In tem alguns desafios para 2023 como a movimentação do Terminal Vila Velha (TVV), no Porto de Vitória (ES), que depende fortemente do desempenho da economia mundial. Arany



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 043/2023
Página 55 de 55
Data: 10/03/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

destacou a sinergia da Tecmar com outros negócios da companhia e o aumento da capacidade global na cabotagem.

"Na Tecmar, pretendemos começar a abrir novos negócios. Esse é o desafio, simples, mas trabalhoso. Vamos melhorar as operações atuais e ver novos negócios. Na cabotagem, temos esse aumento anunciado que pode ter pressão nos fretes, mas temos diversas alavancas e acreditamos que podemos trabalhar bem essa questão", analisou Arany.

Felipe Gurgel, diretor comercial da Log-In, entende que a pressão dos fretes internacionais pode repercutir de alguma forma no transporte da empresa, mas a conversão de cargas do modal rodoviário é vista como um diferencial da Log-In. "Acho que essa oferta de capacidade certamente pressionará os níveis de frete médio, mas entendemos que todo trabalho de diferenciação, de atendimento, conversão rodoviária que possa ser feito, vai minimizar o impacto disso de alguma forma", afirmou.

A companhia registrou Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 191,2 milhões entre outubro e dezembro, o que representa avanço de 92,8% em relação ao mesmo período de 2021. O desempenho deste índice anual foi de R\$ 576,2 milhões, com uma alta de 56% e na navegação costeira — o recorde histórico anual de Ebitda foi ajustado para R\$ 446,2 milhões.

A companhia também teve um recorde histórico anual de ROL de R\$ 2.067,0 milhões devido, principalmente, ao ROL de navegação, de R\$ 327,3 milhões. O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 39,3 milhões no quarto trimestre de 2022, recuo de 0,4% em relação ao mesmo período de 2021.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/03/2023



MERCOSHIPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 10/03/2023